



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE

**HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS EM SALVADOR-BA: ORGANIZAÇÃO,
TRABALHO E ALIMENTOS**

Joeli Silva de Souza

SALVADOR/BA

2018

JOELI SILVA DE SOUZA

**HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS EM SALVADOR-BA: ORGANIZAÇÃO,
TRABALHO E ALIMENTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, para obtenção do título de Mestra em Alimentos, Nutrição e Saúde.

Área de Concentração: Segurança Alimentar e Nutricional.

Linha de Pesquisa: Vigilância de Alimentos e Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ryzia de Cássia V. Cardoso.

Co-orientadora: Lídice Almeida A. Paraguassú

SALVADOR/BA

2018

Ficha catalográfica- Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA)

Silva de Souza, Joeli

Hortas Urbanas Comunitárias Em Salvador- BA: Organização, trabalho e alimentos / Joeli Silva de Souza. -- Salvador, 2018. 99 f.: il

Orientadora: Ryzia de Cássia Vieira Cardoso.

Coorientadora: Lídice Almeida Arlego Paraguassú. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde) -- Universidade Federal da Bahia, Escola de Nutrição, 2018.

Histórico- Organização Social- Alimentos. 4. Horticultores- Participação- Trabalho. 5. Segurança Alimentar. I. De Cássia Vieira Cardoso, Ryzia. II. Almeida Arlego Paraguassú, Lídice. III. Título.

Dedico

A todas as pessoas (voluntários e horticultores) envolvidas nas atividades de hortas urbanas comunitárias pelo acolhimento, disponibilidade e boa energia.

A todas as pessoas que encontrei nas andanças pelos bairros da cidade, as quais emanaram energias positivas e me auxiliaram com informações valiosas e muita experiência.

AGRADECIMENTOS

A Jah, por mais uma experiência concretizada, por me tranquilizar nas angústias e me encorajar na caminhada. Você é guia!

À minha família do dendê, que sempre me aguarda na “terra boa” com muito amor em forma de moquecas e mariscos. Obrigada pelo apoio de toda a vida!

À minha prima - irmã Bárbara, pela companhia de vida, de casa, de muitas madrugadas no “escritório” e por me fazer rir nas adversidades.

Ao povo brasileiro que com seus trabalhos e impostos custeiam as Universidades, nos possibilitando realizar um curso de Pós-graduação gratuito.

À minha orientadora, a Prof.^a Ryzia Cardoso, pela confiança, pela humanidade na relação, pela seriedade do trabalho e por manter sempre uma energia contagiante que nos faz acreditar que é possível! Tenho ciência que mais eu poderia ter realizado. MUITÍSSIMO obrigada minha flor!

Ao Grupo de Pesquisa Segurança Alimentar e Comércio Informal de Alimentos (SACIA) pelo acolhimento, alegria acadêmica e constante parceria. Como é bom fazer parte da família SACIA!

Aos colegas de trabalho do NuSA-UFBA pelo apoio, paciência e enorme compreensão, nesse período de servidora - estudante.

Aos amig@s, colegas, parceir@s e companheir@s que auxiliaram nas pesquisas, nos contatos, nos informantes, nas localizações, nas visitas das hortas, nas tabulações, nos mapas e nas leituras. Vivemos a agricultura urbana e as hortas junt@s nesse período. Obrigada pela força-tarefa minha gente!

Com as energias positivas, o carinho e a contribuição de vocês, o trabalho ficou mais leve!

Gratidão!

RESUMO

A Agricultura Urbana e Periurbana vem sendo praticada em todo o mundo, observando-se o incentivo e o apoio de organismos internacionais e a adoção política desta estratégia. Tem-se nas hortas urbanas uma das modalidades de Agricultura Urbana, como alternativa de produção de alimentos. No Brasil, as iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana, como possibilidade de enfrentamento da pobreza e acesso a alimentos, têm encontrado inúmeros desafios para implantação e continuidade. Assim, esse estudo objetivou caracterizar as hortas urbanas comunitárias de Salvador - BA, quanto à organização social, ao trabalho, e à oferta e o acesso aos alimentos, em alinhamento ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Realizou-se estudo transversal, com abordagem quantitativa envolvendo três momentos: levantamento de informações para localização das hortas; identificação e seleção das hortas comunitárias; e visitas *in loco* para coleta de dados. Participaram da pesquisa cinco hortas comunitárias e 13 horticultores, entre responsáveis pelas hortas e horticultores envolvidos nas atividades. A maioria das hortas (75%) localizava-se em bairros populares, tinham menos de cinco anos de existência, funcionavam sem legalização da terra (80%), em áreas emprestadas (80%) e sem apoio técnico (100%), sendo observada também ausência de organização social, em grande parte das iniciativas (60%). As maiores dificuldades incluíram a falta de financiamento (80%), de voluntários para o trabalho (80%) e limitações no uso da água (80%). Os cultivos compreenderam variedade de frutas e hortaliças, que eram destinados ao autoconsumo (80%), à doação (60%), e / ou à comercialização (40%). Os horticultores incluíram mulheres (50%) e homens (50%), com média de idade de 44,8 anos, escolaridade entre analfabetos (25%) e nível superior (37,5%), migrantes rurais (50%) e com experiência anterior (62,5%). Entre os aspectos positivos do trabalho, destacaram-se a produção de alimentos naturais, o acesso aos alimentos e o prazer no trabalho com a terra. O estudo evidenciou insuficiência de políticas públicas para o segmento, reduzido apoio técnico e financiamento, conquanto houvesse contribuições na geração de trabalho, na oferta e no acesso aos alimentos. De tal modo, sinaliza-se a necessidade de apoio à atividade de Agricultura Urbana, principalmente nas práticas de hortas visando alcançar maior sustentabilidade e promover a Segurança Alimentar e Nutricional.

Palavras-chave: Agricultura urbana. Hortas comunitárias. Segurança alimentar e nutricional. Pobreza. Oferta de alimentos. Acesso de alimentos.

ABSTRACT

The Urban and Peri-urban Agriculture has been practiced all over the world, observing the encouragement and support of international organizations and the political adoption of this strategy. One of the modalities of Urban Agriculture as an alternative of food production has been in the urban gardens. In Brazil, the Urban and Peri-urban Agriculture initiatives, as a possibility of fighting poverty and access to food, have found numerous challenges for their implementation and continuity. Thus, this study aimed to characterize the community - based community gardens of Salvador - BA, in terms of social organization, work and supply and access to food, in line with the concept of Food and Nutrition Security. A cross-sectional study was carried out, with a quantitative approach involving three moments: information gathering for vegetable gardening; identification and selection of community gardens; and on-site visits for data collection. Five community gardens and 13 horticulturalists, among those responsible for the gardens and horticulturalists involved in the activities, participated in the research. Most of the gardens (75%) were located in popular neighborhoods, had less than five years of existence, worked without land legalization (80%), in borrowed areas (80%) and without technical support (100%) - in the most, the absence of social organization was also observed (60%). There was a weak social organization (60%). The greatest difficulties included lack of funding (80%), volunteers for work (80%) and limitations on water use (80%). The crops included a variety of fruits and vegetables, which were destined for self-consumption (80%), donation (60%), and / or commercialization (40%). Horticulturists included women (50%) and men (50%), with a mean age of 44.8 years, education among illiterates (25%) and higher level (37.5%), rural migrants (50%) and previous experience (62.5%). Among the positive aspects of the study, the highlights were the production of natural foods and the access to food and pleasure in working at the land. The study evidenced insufficient public policies for the segment, reduced technical support and financing, while there were contributions in the generation of labor, supply and access to food. Therefore, there is a need to support the activity of Urban Agriculture, mainly in the practices of vegetable gardens in order to achieve greater sustainability and promote Food and Nutrition Security.

Keywords: Urban agriculture. Community gardens. Food and nutrition security. Poverty. Food offer. Food access.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização das hortas urbanas ativas, por Distrito Sanitário, em Salvador - BA entre 2013 e 2015. Fonte: VISAMB, Salvador, Bahia. 2018.....	58
Figura 2. Áreas (bairros) visitadas com indicativo de hortas urbanas. Salvador, Bahia, 2017-2018. Fonte: Malha Digital - CONDER, 2010.....	60
Figura 3. Principais desafios indicados na condução das atividades de hortas comunitárias. Salvador, Bahia, 2017-2018.....	64
Figura 4. Registros de água, da rede pública em torneira (A), e de poço (B), usada para a irrigação dos plantios em hortas comunitárias urbanas de Salvador, Bahia, 2017-2018.	66
Figura 5. Tipos de cultivos encontrados nas hortas comunitárias. Frutas (A), hortaliças folhosas (B), hortaliças não-folhosas (C). Salvador, Bahia, 2017-2018.....	69
Figura 6. Área de barraca compartilhada nas hortas HU4 e HU5 para a comercialização dos produtos cultivados. Salvador, 2018.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Características das cinco hortas urbanas comunitárias. Salvador-BA, 2017-2018...	62
Tabela 2. Tipos de produtos mais cultivados nas hortas urbanas comunitárias investigadas. Salvador, Bahia, 2017-2018.....	68
Tabela 3. Características socioeconômicas de horticultores (n=8) das hortas comunitárias urbanas. Salvador, Bahia, 2017-2018.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACBANTU- Associação Cultural Nacional de preservação do patrimônio Bantu
AS-PTA- Assessoria e Serviços a Projeto em Agricultura Alternativa
ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural
AU- Agricultura Urbana
AUP- Agricultura Urbana e Periurbana
BA- Bahia
CHESF- Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CONDER- Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
EBDA- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
FAO- *Food and Agriculture Organization*
g/dia- Grama por dia
GPS- *Global Positioning System*
HU- Horta Urbana
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano
Km- Quilômetro
m²- Metro quadrado
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG- Minas Gerais
OMS- Organização Mundial da Saúde
ONU- Organização das Nações Unidas
ONG- Organização Não Governamental
PA- Pará
PANC- Plantas Alimentícias Não Convencionais
PAUP- Programa de Agricultura Urbana e Periurbana
PDDU- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PE- Pernambuco
PMMA- Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
PNSAN- Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PR- Paraná

PRODUZIR- Programa de Organização Produtiva de Comunidades

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RR- Roraima

RUAF- *Resource Centre on Urban Agriculture and Food Security*

SAF- Secretaria da Agricultura Familiar

SAN- Segurança Alimentar e Nutricional

SC- Santa Catarina

SDR- Secretaria de Desenvolvimento Rural

SEAGRI- Secretaria Estadual de Agricultura

SECIS- Secretaria da Cidade Sustentável

SISAN- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISSOLO - Sistema de Informação de Vigilância em Saúde de Populações Expostos a Solo Contaminado

SP- São Paulo

SUAF- Superintendência de Agricultura Familiar

VISAMB- Vigilância em Saúde Ambiental

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. OBJETIVOS.....	19
2.1 OBJETIVO GERAL.....	19
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	19
3. APRESENTAÇÃO.....	20
4. CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	21
4.1 PERSPECTIVA MUNDIAL DA AGRICULTURA URBANA.....	21
4.2 PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA NO BRASIL.....	25
4.3 AGRICULTURA URBANA: BAHIA E SALVADOR.....	30
4.4 AGRICULTURA URBANA EM HORTAS COMUNITÁRIAS.....	34
4.5 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	35
REFERÊNCIAS.....	40
5. CAPÍTULO 2: A EXPERIÊNCIA DAS HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS EM SALVADOR- BA: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR.....	50
THE EXPERIENCE OF COMMUNITY URBAN GARDENS IN SALVADOR: SOCIAL ORGANIZATION AND FOOD SECURITY.....	50
RESUMO.....	50
ABSTRACT.....	51
INTRODUÇÃO.....	52
MATERIAL E MÉTODOS.....	54
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	57
CONCLUSÕES.....	75
REFERÊNCIAS.....	77
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
7. APÊNDICES.....	85
7.1 APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO PARA OS RESPONSÁVEIS DAS HORTAS.....	85
7.2 APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO PARA AS/HORTICULTORAS/ES.....	88
7.3 APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O RESPONSÁVEL PELA HORTA.....	90

7.4	APÊNDICE D- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O HORTICULTOR.....	92
8.	ANEXO	94
8.1	ANEXO A- TERMO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	94

1 INTRODUÇÃO

A produção e a distribuição de alimentos de forma segura e sustentável, nas cidades, tem se apresentado como um desafio diário, ao passo que a população mundial tem aumentado e se concentrado nos espaços urbanos. De acordo com as Nações Unidas (2013), a população mundial atual de 7,2 bilhões de pessoas aumentará para 9,6 bilhões de pessoas, até 2050.

Nesse contexto, a implementação da agricultura urbana, com atividades de cultivo, processamento e distribuição de alimentos, dentro das cidades, pode ser uma resposta para a oferta de alimentos, além de oferecer vários benefícios econômicos, de saúde e de sustentabilidade nos espaços urbanos (RYDIN et al., 2012).

Segundo a *Food and Agriculture Organization* (FAO), os termos de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) são entendidos como práticas agrícolas dentro das cidades e em torno delas, aproveitando os recursos como terra, água, energia, trabalho, os quais são utilizados para outros fins, para atender às necessidades da população urbana (FAO, 1999). As atividades de Agricultura Urbana (AU) ocorrem, geralmente, em pequenas áreas (pomares, margens, terraços, contentores), com possibilidade da utilização de energia solar, localizadas dentro da cidade, e para a produção de culturas e criação de pequenos animais, para consumo próprio e/ou para a comercialização (FAO, 1999).

Quanto à localização dos espaços dentro e ao redor das cidades ou áreas urbanas, a área intra-urbana refere-se a todos os espaços dentro das cidades que podem ter algum tipo de atividade agrícola. Podem ser áreas individuais ou coletivas ou, ainda, áreas públicas, dentro e entre os contornos das cidades, incluindo as vias públicas, praças, parques e áreas ociosas como lotes e terrenos baldios (BRASIL, 2002).

Em relação à área periurbana, ainda não há um consenso quanto à definição da localização. Machado e Machado (2002) abordam que, a depender do desenvolvimento da infraestrutura de estradas, dos custos de transporte, além da proximidade à cidade, o limite pode variar de 10 a 90 km. A agricultura periurbana, por sua vizinhança com as áreas rurais, tende a intervir nas mudanças da agricultura, e pode combinar o trabalho rural com o não-rural, o que, em determinado momento, pode ser positivo, posto que as tecnologias não-convencionais e estratégias de sustentabilidades adotadas no meio agrícola urbano, podem agregar nas práticas rurais.

Para Mougeot (2005), inúmeras das definições mais usuais do que vem a ser a “agricultura urbana” desprezam uma característica crítica que a faz ser realmente “urbana”. A agricultura urbana é diferente da agricultura rural, podendo ser complementar, exatamente porque está integrada no sistema econômico e ecológico urbano. Ademais, inclui-se a dimensão social, considerando as estratégias sociais, de qualidade de vida, de lazer (espaço terapêutico), culturais, da preservação de alimentos tradicionais e os modos de relações e redes estabelecidos pelos envolvidos nas atividades de AU (PARAGUASSÚ, 2013).

A AUP se apresenta de maneira tão antiga quanto as cidades, podendo ser encontrada em diferentes formas, ao redor do mundo. Na antiguidade, por exemplo, os povos do Egito e da Mesopotâmia já praticavam a agricultura urbana em seus espaços. Esta prática visava compensar os *déficits* de alimentos sazonais, tendo como prioridade manter o sistema econômico e social das cidades (ELLIS; SUMBERG, 1998).

Assim, por meio destas estratégias, seguiu-se o crescimento das cidades, sendo decisivamente determinado pela quantidade dos produtos agrícolas produzidos no espaço urbano. Este fato sugere que a agricultura urbana, desde a sua criação, é uma estratégia flexível para garantir a subsistência e que os conceitos “urbanas” e “agricultura” são intrínsecos (DEGENHART, 2016).

De acordo com a FAO (2008), um sétimo da produção mundial de alimentos tem sido cultivado em terrenos baldios, telhados, coberturas, antigos lixões e em outros espaços urbanos. Esta prática vem apresentando inúmeras vantagens, como o incremento da quantidade e da qualidade de alimentos disponíveis para o consumo próprio, a grande diversidade de cultivos e a reciclagem de lixo, utilizando resíduos domésticos, tanto na forma de composto orgânico para adubação, como na reutilização de embalagens, por exemplo, para formação de mudas.

Dentro das modalidades de AUP, destacam-se as hortas urbanas, como alternativa de produção de alimentos nos centros urbanos. As hortas podem ser organizadas e desenvolvidas em áreas ociosas, áreas públicas (praças, jardins, parques), em terraços, canteiros, quintais, espaços institucionais (creches, escolas, universidades, hospitais, centros religiosos, centros de ressocialização/custódia), entre outros. Podem ser hortas domésticas, comunitárias/coletivas/compartilhadas, em forma de cooperativas, particulares/privadas, comerciais, e hortas processadoras de alimentos (FAO, 1999). Desde a década de 90,

inúmeros estudos assinalavam o papel positivo desempenhado por uma AUP sustentável, enfatizando a sua associação com vários aspectos ambientais, econômicos e sociais. Em diversos casos, a AUP ecológica tem sido descrita como mais diversificada do que a agricultura moderna, ao cultivar, frequentemente, variedades de frutas e hortaliças que não estavam disponíveis comercialmente, as quais, de outra forma, correriam o risco de desaparecer (SANTANDREU et al., 2001; SMIT, 2005).

A AUP vem sendo praticada em todo o mundo, havendo diversos registros na literatura, observando-se o incentivo e o apoio de organismos internacionais e a adoção política desta estratégia. Por outro lado, também têm sido reportados desafios à sua consolidação, principalmente em relação às áreas disponíveis para o cultivo, que é muito restrita, a capacitação das comunidades e dos agricultores envolvidos, para o desenvolvimento de técnicas de manejo sustentáveis, a utilização consciente da água e do solo, bem como a escassez de recursos financeiros (SANTOS, 2011).

No contexto internacional, as experiências são distintas, considerando a condição dos países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento. No mundo desenvolvido, países como o Japão, os Estados Unidos, a Alemanha, Portugal, o Canadá, dentre outros, tem registrado movimentos para incentivo e a produção local de vegetais para o consumo nas cidades, bem como colocado a necessidade de restaurar os espaços verdes urbanos (COSTA, 2012; HARA et al., 2013; GONÇALVES, 2014; MENDES, 2014; SOUSA e MADUREIRA, 2017).

As experiências dos países em desenvolvimento apontam para o efeito benéfico das práticas de AUP, tanto na perspectiva de espaços verdes, como na correlação com a oferta e o acesso aos alimentos, aliviando situações de pobreza, em conjunto com a sustentabilidade. Assim, como exemplo, tem-se destaque para uma AUP intensiva e já bem estabelecida em Cuba, como também experiências na China, em Gana e outros países, com repercussões para a geração de trabalho e renda e para aliviar a situação de vulnerabilidade alimentar de grupos populacionais (LAWSON, 2009; FAO, 2012; RYDIN et al., 2012).

No Brasil, a AUP tem sido descrita ao longo da história. Nas duas últimas décadas, sobretudo, vários programas e projetos têm sido implementados e mantidos por organismos internacionais, instituições acadêmicas, religiosas e Organizações Não Governamentais (ONG), embora a atividade ainda não tenha alcançado reconhecimento político e espaço próprio na agenda de governo.

Conquanto a importância da atividade e o respaldo no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), uma das principais dificuldades compreende a ausência de uma política pública, em nível federal. Esta dificuldade está expressa na tramitação do Projeto de Lei de nº 906-A/ 2015 (BRASIL, 2015), que propõe instituir a Política Nacional de Agricultura Urbana, sendo que a última movimentação ocorreu em janeiro de 2017, o qual segue na Comissão de Reforma Agrária, sob Projeto de Lei nº 182 de 2017 (BRASIL, 2017).

Cabe salientar, nesse cenário, que apenas o reconhecimento legislativo não dará conta de resolver os entraves enfrentados pela AUP, no país, visto que as dimensões econômicas, sociais, da agrobiodiversidade e da sustentabilidade precisam estar inseridas nas políticas e programas adotados, com efetivação prática das ações estabelecidas.

Como destaque na experiência de AUP, de longo prazo, no Brasil, está a cidade de Belo Horizonte - MG, que foi considerada pela FAO, em 2014, como uma das 10 cidades mais verdes da América Latina e Caribe, com uma política de apoio à AUP, em vigor desde 1998, sendo registradas a criação de 185 hortas e 48 pomares (FAO, 2014).

No Sul do país, com histórico desde os anos 80, a cidade de Curitiba - PR possui como destaque os programas Nosso Quintal e Lavoura, que utilizam os espaços urbanos vazios, em residências, terrenos sob linhas de transmissão de energia de alta tensão, escolas e creches, para o cultivo de hortas comunitárias. Os praticantes da AUP contam com o apoio de técnicos e agrônomos da Secretaria Municipal de Abastecimento, recebendo treinamentos teóricos e práticos, visitas para monitorar e orientar os agricultores urbanos e, ações voltadas para a preservação do meio ambiente e a segurança alimentar. Cerca de 25 mil pessoas já foram beneficiadas pelas 1.225 hortas urbanas comunitárias (CURITIBA, 2013a; 2016b).

Em Salvador-Bahia, Paraguassú (2013) aborda que a presença de hortas urbanas evidencia a relação dicotômica entre o ambiente rural e o urbano, descrita desde a fundação da cidade, ambos coexistindo no mesmo espaço. Na cidade, tem predominado a produção de hortaliças e ervas medicinais, com a maioria da produção destinada ao autoconsumo (SANTANDREU e LOVO, 2007; PARAGUASSÚ, 2013).

No entanto, o estabelecimento de iniciativas de AUP, como possibilidade de enfrentamento da pobreza e acesso mais frequente a alimentos *in natura*, tem encontrado inúmeros desafios para sua implantação e manutenção, incluindo: a insuficiência de apoio financeiro e apoio técnico por parte das esferas governamentais; a dificuldade de cadastro nos

órgãos para a regularização da atividade, com a possibilidade de acessar recursos; a falta de posse legal dos espaços de plantio, dificultando a expansão e a continuidade da atividade; a descontinuidade de parceiros – Organizações Não Governamentais, instituições religiosas e cooperativas, em face à dificuldade de organização social dos horticultores; e problemas de áreas com contaminação de solo e afluentes, que obrigam a interrupção das iniciativas, muitas das vezes, sem possibilidade de seguimento (FREDDI, 2015; ZAAR, 2015; MENDES, 2016;).

Em Salvador- BA, ressalta-se, em paralelo, o fato da cidade ser classificada como uma das maiores, em termos de desigualdade econômica e social, marcada por grandes bolsões de pobreza, que convivem com a vulnerabilidade social, econômica e alimentar (FIPE, 2015). Essa população, muitas vezes, procedente de áreas rurais, com expectativa de emprego e renda, apresenta-se com baixa escolaridade, sem acesso ao mercado formal e tende a se concentrar em áreas periféricas da cidade, passando a depender de programas sociais.

Nesse contexto, considera-se o papel da AUP como uma estratégia, sobretudo das camadas populares nas áreas urbanas, com oferta e acesso aos alimentos e promoção de práticas alimentares saudáveis, bem como para a comercialização dos produtos, com geração de renda, desenvolvimento de práticas agroecológicas e contribuição para a sustentabilidade, com o aumento de espaços verdes, em meio à urbanidade de Salvador.

Compreender a inserção destas práticas em grandes cidades, como Salvador - BA, permite uma reflexão sobre a trajetória, os avanços e limites dessas atividades, a organização dos trabalhadores, dos espaços de plantio e da comercialização, a interação da comunidade em torno dessas práticas, e a relação da produção com a oferta e o acesso aos alimentos.

Mediante o exposto, este estudo propõe-se caracterizar as hortas urbanas comunitárias de Salvador - BA, quanto à organização social, ao trabalho, e à oferta e o acesso aos alimentos, em alinhamento ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)¹.

¹A Segurança Alimentar e Nutricional é definida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como bases práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável (BRASIL, 2006).

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Caracterizar as hortas urbanas comunitárias de Salvador - BA, quanto à organização social, ao trabalho, e à oferta e o acesso aos alimentos, em alinhamento ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as hortas comunitárias em funcionamento no perímetro urbano, cadastradas ou não nos órgãos de governo;
- Descrever as condições de funcionamento das hortas, quanto à organização social dos envolvidos, legalização, práticas de cultivo, e acesso a programas de incentivo;
- Descrever a rede de distribuição e os espaços de utilização e/ou comercialização dos produtos provenientes das hortas urbanas;
- Avaliar os produtos das hortas urbanas quanto à acessibilidade física e custo pelos horticultores.

3 APRESENTAÇÃO

Esta dissertação foi elaborada na linha de pesquisa em Vigilância de Alimentos e Saúde, fazendo uma abordagem na área de Agricultura Urbana na cidade de Salvador, Bahia. Dentro deste escopo, trabalhou-se com Hortas Urbanas Comunitárias, no intuito de relacioná-las com a oferta e o acesso aos alimentos nas comunidades que desenvolvem essas atividades, bem como consomem os produtos provenientes das hortas. A dissertação está organizada em dois capítulos: contextualização do problema e artigo científico.

O primeiro capítulo, que compreende a contextualização do problema, tem como ênfase o panorama mundial da Agricultura Urbana e Periurbana, a Agricultura Urbana no Brasil, na Bahia e em Salvador, as Hortas Urbanas Comunitárias e a Segurança Alimentar e Nutricional.

O segundo capítulo está estruturado em formato de artigo científico, retratando as experiências das hortas comunitárias em Salvador, Bahia. Situa a Agricultura Urbana no contexto global e local, descreve os procedimentos de pesquisa, os resultados obtidos e a discussão pertinente, bem como apresenta as conclusões para o estudo.

4 CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

4.1 PERSPECTIVA MUNDIAL DA AGRICULTURA URBANA

A *Food and Agriculture Organization* (FAO) é um organismo internacional, instituído em 1945, que opera como um fórum no qual os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, se reúnem para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas têm liderado os esforços internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar e nutricional.

A FAO tem atuado junto a outros organismos internacionais, no trabalho de combate à fome e à pobreza, promovendo o desenvolvimento agrícola, a melhoria da nutrição, a busca da segurança alimentar e o acesso de todas as pessoas, em todos os momentos, aos alimentos necessários para uma vida ativa e saudável. Em adição, **reforça ainda a agricultura e o desenvolvimento sustentável**, como estratégia, a médio e longo prazo, para aumentar a produção e o acesso de todos aos alimentos, ao mesmo tempo em que preserva os recursos naturais (FAO, 1999, grifo nosso).

Para a FAO (2014), a Agricultura Urbana tem sido entendida como um conjunto de atividades que engloba o cultivo de vegetais e a criação de animais nas cidades, conformando uma temática que tem suscitado interesse nos últimos anos. Em todo o mundo, é estimado que cerca de 800 milhões de pessoas estejam envolvidas na agricultura urbana, produzindo próximo de 15% dos alimentos do mundo, como frutas, vegetais, laticínios e pequenos animais.

Segundo Eigenbrod e Gruda (2015), as atividades de horticultura urbana estão aumentando em todo o mundo, sendo a produção de vegetais um componente significativo, o que tem contribuído para parte da segurança alimentar global, mantendo uma parceria direta com ações em programas educacionais e sociais. Os autores reforçam, ainda, que novas tecnologias podem ser adotadas para a horticultura urbana, visando aumentar a eficiência e a produtividade mundial futura, e que há também que se considerar a questão da sustentabilidade, na qual a horticultura urbana deve ser integrada no processo de planejamento urbano e apoiada por meio de políticas, para que as ações sejam conjuntas entre órgãos públicos e sociedade civil.

Na perspectiva da sustentabilidade, Janovicz (2008) considera ainda que a agricultura urbana tem se manifestado sob o conceito do modelo de Cidades Jardins (*Cities Gardens Movement*), que apareceu na Inglaterra, no início do século XX, e é encontrado até hoje em muitas cidades africanas e americanas.

Nessa conjuntura, cabe considerar que a expansão da agricultura urbana nas cidades do mundo, desenvolvido e em desenvolvimento, tem vindo associada a fatores diversos, tanto atrelados à segurança alimentar, pela oferta e acesso aos alimentos, bem como à sua incorporação enquanto atividade de lazer, ao reconhecimento do seu papel na interação e organização social, na educação ambiental, ou ainda a sua valorização como elemento de promoção da paisagem urbana (PULIGHE; LUPIA, 2016).

Seguindo esta lógica, o Programa de Cidades Saudáveis da Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu os benefícios da agricultura urbana e recorreu às cidades e seus governos para que incorporassem políticas alimentares em planos urbanos. A adesão a este conceito, todavia, não é ampla, a agricultura urbana é, muitas vezes, marginalizada nas políticas de planejamento urbano, especialmente em países de alta renda, apesar de o acesso à comida em bairros pobres ser uma preocupação (RYDIN et al., 2012).

Deste modo, percebe-se que as razões das práticas agrícolas nas cidades são muito diferenciadas, de acordo com o contexto territorial. Enquanto nos países em desenvolvimento a prática da agricultura urbana tem persistido, ao longo dos anos, sobretudo por razões de subsistência alimentar, nos países desenvolvidos razões de ordem ambiental, social e econômica tem contribuído para um recente renascimento da atividade (MOK et al., 2014).

Nos países desenvolvidos, diversas experiências de AU têm sido reportadas, em diferentes continentes. No Japão, estudo de Hara (2013), na cidade de Osaka, descreve que a agricultura de vegetais periurbanos contribui para a provisão regional, resultando em aproximadamente 70% de relação produção / consumo, dentro de um raio de 80 km do centro urbano. Nos Estados Unidos, o sucesso nas práticas de AU tem conduzido ao surgimento de hortas em Nova Iorque, Chicago e Boston, constituindo uma iniciativa que proporciona inúmeros benefícios à população, promove autossuficiência alimentar e novos hábitos de consumo sustentáveis (LAWSON, 2009).

Na Holanda, ainda em 1999, foi criado o *Resource Centre on Urban Agriculture and Food Security* (RUAF), conceituado como um dos principais centros de especialização no

campo da AUP e nas estratégias alimentares das cidades. O RUAF apoia governos locais, organizações de produtores urbanos, ONG e centros de pesquisa, por meio de formações, assistência técnica, no campo da agricultura urbana e estratégias alimentares urbanas (RUAF, 2014). Segundo Paizinho (2016), as políticas e os programas municipais da Holanda se propõem a reforçar o papel da AU na melhoria das condições de saúde das populações e no desenvolvimento econômico sustentável.

No interior da Holanda, em Wageningen, reporta-se a experiência de uma associação entre produtores e consumidores, na qual a escolha das culturas é feita por ambos. Neste regime, cabe aos agricultores o cultivo em quantidade suficiente, enquanto os consumidores realizam a própria colheita. Graças a essas iniciativas e a outras existentes, estima-se que 33% da produção vegetal do país tem origem nas grandes cidades (GONÇALVES, 2014).

Na Alemanha, as hortas compreendem um componente da paisagem urbana, estando presentes por todas as cidades, com várias formas. As hortas urbanas alemãs organizam-se em comunidades/associações, geridas por confederações regionais que, por sua vez, são geridas pela Federação Alemã para Hortas Urbanas, fundada em 1921, dispondo-se de regulamentos locais adaptados da legislação nacional para as Hortas Urbanas (COSTA, 2012).

Em Portugal, com maior ênfase na cidade de Lisboa, Gonçalves (2014) sinaliza a existência de 107 “territórios” ocupados por hortas urbanas. Na cidade do Porto, Sousa e Madureira (2017) identificaram hortas agregadas a edifícios como predominantes, seguidas de hortas fora dos edifícios e hortas pedagógicas / comunitárias. Estas últimas, promovendo a educação ambiental e integrando projetos de valorização de populações social e economicamente mais vulneráveis.

Nos países em desenvolvimentos, as experiências de AU têm proporcionado mudanças nos quadros de fome e pobreza, contribuindo para a segurança alimentar da população envolvida, posto que os alimentos produzidos são distribuídos à comunidade, ou comercializados a preços mais acessíveis que nas redes de supermercados. Além destas contribuições, se destaca a geração de emprego e renda aos horticultores e suas famílias, a doação dos produtos para instituições como escolas, creches, casas de repouso, hospitais, dentre outros. Desta forma, o conjunto de hortas nos espaços urbanos tem se configurado como uma das estratégias de sustentabilidade, agroecologia, ao passo que tem permeado a oferta e acesso a alimentos mais saudáveis.

Como reflexo desse impacto positivo, descreve-se o caso de Accra, em Gana, onde os benefícios da agricultura urbana se estenderam para além do plantio de vegetação e gestão de espaços públicos, reduzindo o despejo de lixo e atividades relacionadas a drogas ilegais, sem nenhum custo para a cidade. Igualmente, houve chamadas para reciclagem diária de resíduos orgânicos municipais para a agricultura urbana e o desencorajamento do uso de fertilizantes artificiais pelos produtores. Para as famílias ganesas, a agricultura urbana é uma estratégia de obtenção de renda que fornece alimentos básicos por meses. Contudo, apesar dos benefícios socioeconômicos e ambientais, ainda há questões conflituosas no planejamento de uso da terra urbana, para abordar questões de posse e segurança destas, no intuito de garantir a estabilidade no seu uso, para apoiar a agricultura urbana (RYDIN et al., 2012).

No caso da China, ao longo do século XIX, houve o desenvolvimento de planos de reestruturação do uso da terra e de reciclagem de resíduos, assim como apoios às práticas de AU, pautadas em políticas aplicadas, que continuam em vigor (LAWSON, 2009).

Na América Central, Cuba detém uma das mais importantes experiências em AU, desde o início nos anos 90, apresentando uma AU intensiva. Segundo estimativas, o setor tem contribuído para fornecer 60% da produção hortícola e o consumo *per capita* de frutas e hortaliças excede o mínimo recomendado pela FAO/OMS, de 400 g/dia (FAO, 2012).

Conforme o Grupo Nacional de Agricultura Urbana, do Ministério da Agricultura de Cuba, a agricultura urbana ecológica não é apenas parte das estratégias adotadas pelos mais pobres, visto que alguns governos locais também promovem a AU orgânica, mas está incorporada como parte de seus programas para “a formação de uma consciência agroecológica de conservação do ambiente, aliada a altos níveis de produção com qualidade”. Como parte de sua estratégia para promover a segurança alimentar no país, a política cubana de AU visa também disseminar esta prática como forma de “interromper o processo de extinção e potencializar os usos variados das espécies nativas” (CUBA, 2001).

No Uruguai, em estudo realizado em quintais de bairros populares da cidade de Montevideu, identificou-se a presença de numerosas espécies de hortaliças, plantas medicinais e árvores frutíferas, que não eram cultivadas nos estabelecimentos agrícolas comerciais. Nesses bairros, a AU se desenvolvia fundamentalmente para o autoconsumo e os agricultores conservavam as variedades locais, cultivando-as de modo ecológico com um uso

mínimo ou livre de produtos químicos na adubação, e no controle de pragas e doenças (SANTANDREU et al., 2001).

Os horticultores urbanos uruguaios cultivavam principalmente milho, alho, batata, batata-doce, cebola, cenoura, abóbora e tomate, que integravam a dieta mais frequente dos setores mais pobres da cidade, o que comprova a relação entre os pobres urbanos e seu papel na conservação da biodiversidade a partir de suas práticas de AU. Ainda, em menor cultivo, se encontrou nêspera, abacate, figo, pitanga, goiaba e maracujá. (SANTANDREU et al., 2001).

Como destaque também na América Latina, está a cidade de Rosário, na Argentina, a qual, de acordo com a FAO (2014), está entre as 10 mais verdes da América Latina e Caribe a cultivar plantas e criar animais.

4.2 PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA NO BRASIL

No Brasil, os anos 90 foram marcados por ações para a Agricultura Familiar, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF), em 1995, e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999. A partir de 2000, seguiram-se a instalação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), em 2001, e em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar, que reconheceu a categoria social deste segmento (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Infelizmente, este movimento com a Agricultura Familiar, ainda não se concretizou para a AU e AUP no país.

Conforme trabalho conjunto do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e da Assessoria e Serviços a Projeto em Agricultura Alternativa (AS-PTA), nas últimas duas décadas, o tema da agricultura urbana e periurbana têm adquirido relevância, além de reconhecimento social e político pelas suas potencialidades socioeconômicas e ambientais, evidenciando também o papel da agricultura urbana e periurbana como um influente instrumento para o desenvolvimento sustentável das cidades. Entretanto, a AUP ainda sofre com a “invisibilidade” (CONSEA, 2014).

Embora muitas pessoas, grupos e instituições a pratiquem a AU e existam diversas experiências ressaltantes desenvolvidas pela sociedade civil, o tema não compreende pauta nos planos diretores e de desenvolvimento na maioria das cidades, ainda não se efetivaram políticas públicas que a apoiem e a promovam, e a atividade não é regulamentada, tampouco subsidiada (CONSEA, 2014).

O exemplo dessa dificuldade de efetivação pública está expresso na tramitação do Projeto de Lei de nº 906-A/ 2015 (BRASIL, 2015), que propõe instituir a Política Nacional de Agricultura Urbana e se encontra na Câmara dos Deputados, aguardando ainda a apreciação e aprovação final. O conteúdo do Projeto apresenta o seguinte conceito da AU:

“Art. 1º A agricultura urbana é a atividade agrícola e pecuária desenvolvida nos limites da cidade e integrada ao sistema ecológico e econômico urbano, destinada à produção de alimentos e de outros bens para o consumo próprio ou para a comercialização, em pequena escala.” (BRASIL, 2015).

Com o estabelecimento de um marco normativo, embora não se tenham resolvidos todos os problemas e entraves que circundam as práticas de AU, será dado um suporte legal, com vistas à organização popular e social para a sua execução desta atividade. Nessa circunstância, salienta-se que a ausência de regulamentação para a AU tem compreendido questão problemática e resultado no uso das normativas que regulamentam a Agricultura Familiar, dado existir uma relação desta com a AUP.

No país, inúmeros produtores urbanos e periurbanos seguem articulados em núcleos familiares, desenvolvendo as atividades agrícolas como forma de subsistência, com possibilidade de enquadramento na Agricultura Familiar, no intuito de acessar os recursos financeiros, tecnológicos e de apoio técnico destinado a este segmento da agricultura.

A ausência de Lei específica para as atividades de AU, a falta de apoio e de investimento governamental, associada ao cenário de baixa escolaridade, ou até mesmo o analfabetismo e o imenso número populacional nos centros urbanos, muitas vezes, se tornam obstáculos para a inclusão de agricultores que migram dos espaços rurais para as cidades, no intuito de inserção no mercado formal. Assim, muitos deles encontraram na prática da agricultura urbana, uma oportunidade de renda e melhor adaptação ao conjunto urbano. Como desafio central resultante, a necessidade de projetar espaços humanos dignos e que possam garantir a segurança alimentar urbana da população do êxodo, bem como da naturalmente urbana (MARQUES, 2002).

Estas estratégias de AU, adotadas pelos mais pobres, provavelmente em grande parte do mundo, apresentam-se como uma enorme dinâmica para enfrentar suas necessidades alimentares e de saúde, produzindo de modo agroecológico, transformando e comercializando hortaliças, frutas e animais de pequeno porte.

A permanência desses agricultores nos espaços urbanos também está associada às modalidades da AU, presentes em diferentes regiões metropolitanas brasileiras, que podem incluir: hortas em quintais; hortas comunitárias; hortas em escolas, creches, centros de saúde, centros de referência em assistência social, universidades, penitenciárias, criações de animais; hortas medicinais; compostagens, minhocários, processamentos e vendas de alimentos e produtos agrícolas; hortas em terraços e telhados; hortas sob linhas de transmissão, propriedades rurais diversificadas dentro dos perímetros urbanos; assentamentos rurais; ocupações urbanas, parques, áreas de proteção ambiental, praças, canteiros de estradas e rodovias, corredores ecológicos, parques hortícolas, programas de habitações populares, condomínios, entre outros (MATTOS et al., 2015).

A partir das inúmeras modalidades possíveis de AU, observam-se possibilidades às práticas de agroecologia que, de acordo com Guzmán (2002), trata do manejo ecologicamente responsável dos recursos e integra conhecimentos de diversas outras ciências, com um caráter interdisciplinar e permite dialogar com as propostas da SAN, abarcando, assim, as possibilidades de ambientes urbanos mais sustentáveis, por contribuir para a valorização e a prática do saber popular, não somente no espaço rural (RIBEIRO et al., 2012).

Apesar de ser ainda pouco explorada, a incorporação da AU nos debates sobre o planejamento urbano e a sustentabilidade das cidades tem contribuído para que sejam repensadas as conexões entre o urbano e o ambiental, e superada a visão das cidades apenas como espaços construídos sem biodiversidade, que consomem recursos e exportam resíduos (ALMEIDA; COSTA, 2014). Essas concepções teóricas apontam para a acentuada importância e contribuição da prática de AU, bem como do conjunto de hortas como um de seus segmentos nos centros urbanos.

Em relação ao desenvolvimento da AU no país, a FAO atuou em parceria com programas brasileiros como o Programa Fome Zero, o PRONAF, o Programa de Organização Produtiva de Comunidades (PRODUZIR), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (ONUBR, 2016).

Segundo a Coordenação Geral de Agricultura Urbana e Periurbana, em 2015, existia uma Aliança Brasil - Holanda pela AU, tendo por objetivo promover a troca de ideias entre especialistas, praticantes, estudantes e demais interessados na evolução da AU nos dois países.

A Holanda destaca-se no mundo pelo pioneirismo de seus projetos e políticas envolvendo a AU, sendo o país mais desenvolvido na análise dos sistemas alimentares urbanos, enquanto que o Brasil apresenta desafios e potenciais que despertam interesse em todo o planeta. Para tanto, a Holanda dispõe de uma Rede Internacional de Centros de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar. Assim, entre as frentes desta parceria, está a popularização da ideia de “agricultura urbana” e de sua importância, nos vários segmentos da sociedade brasileira (PARAGUASSÚ, 2013; BRASIL, 2015).

Conforme levantamentos, há muitas iniciativas de AU nas diferentes regiões brasileiras, como exemplo no Norte, na cidade de Belém-PA, onde a atividade agrícola urbana atenuou os gastos com alimentação, nas classes média e baixa, e tem ajudado na subsistência das famílias de baixa renda, as quais gastavam entre 1/3 e 2/3 do seu rendimento mensal com alimentação (MADALENO, 2002).

A experiência de Belo Horizonte - MG alcançou evidência mundial, visto que a produção agrícola nos espaços urbanos conduziu a melhores hábitos alimentares, principalmente por ter evidenciado a relação existente entre alimentação e saúde. Deste modo, as famílias envolvidas passaram a se preocupar mais com o plantio e o consumo de alimentos sem contaminantes químicos e/ou biológicos, com a qualidade da água utilizada na irrigação, com o aproveitamento integral e o valor nutricional dos produtos, bem como a priorizar o consumo de alimentos da época e da região (ALMEIDA, 2004). Na expectativa de uma economia positiva, a pequena produção de Belo Horizonte pode contribuir para a renda familiar, com a redução dos gastos com alimentação e saúde, das redes de troca e da transformação e comercialização de excedentes de produção.

A cidade de São Paulo -SP se apresenta como um dos poucos municípios a estabelecer uma normativa para as práticas de AU. A Lei nº. 11.727/04 criou o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana e define suas diretrizes, dentre as quais constam: combater a fome; incentivar a geração de emprego; promover a inclusão social; incentivar a agricultura familiar; incentivar a produção para o autoconsumo; incentivar o associativismo; incentivar o agro ecoturismo, dentre outras (SÃO PAULO, 2004). Este Programa visa à utilização de áreas públicas e privadas, com incentivos fiscais para aqueles terrenos onde seja desenvolvida a AU. Prioriza, ainda, o acesso ao crédito, a assistência técnica, a economia solidária, a

associação entre os produtores, a facilitação da comercialização, a venda local e a compra dos produtos pelos setores públicos.

No estado do Rio de Janeiro, uma série de ações foi empreendida para o incentivo à AU, promovendo cursos sobre hortas comunitárias para populações de baixa renda e viabilizando um maior acesso do agricultor aos programas de financiamento já existentes. Outras medidas incluíram a isenção do pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) a propriedades com comprovada produção agrícola e a implantação de cursos sobre culturas pouco tradicionais, porém de valor econômico e medicinal (VIDAL, 2009).

Portela e Vilhena Júnior (2008) destacam o processo da migração rural urbana em Boa Vista - RR, relacionado à falta de condições e incentivos para produzir e escoar a produção, que faz com que muitos agricultores se desloquem para a cidade, a fim de encontrar uma forma de sobrevivência familiar, e encontram na AU uma forma de manter-se na atividade. Dessa forma, a agricultura urbana está presente nas periferias da cidade, próxima a lagos e igarapés, com produção principalmente de hortifrutigranjeiros.

Em Joinville - SC, as hortas comunitárias têm contribuído para o acesso a alimentos saudáveis e para a complementação da renda, com a comercialização dos excedentes das hortas. Freddi (2015) enfatiza que sentimentos como solidariedade, generosidade, companheirismo e apontamentos dos próprios agricultores urbanos, que se percebiam alegres, saudáveis e dispostos para realizar um trabalho prazeroso e cheio de sentidos e lembranças, por meio da agricultura urbana, foram elementos aglutinadores ao estudar estas hortas.

Entretanto, no Brasil, com as novas decisões e rumos da política, inúmeras destas ações têm sofrido descontinuidades, com expressiva redução de investimentos e apoio governamental. Dessa forma, o CONSEA, em sua ampla defesa pela soberania e segurança alimentar da população, tem afirmado que a regulação sanitária brasileira está estruturada dentro de um modelo de desenvolvimento que privilegia o sistema alimentar hegemônico.

Para o CONSEA, esse modelo tem como base o agronegócio e a produção de ultraprocessados em larga escala e em circuitos longos de produção, distribuição e consumo. Ainda, indica que o sistema sanitário alimentar deve se adequar e reconhecer a contribuição da produção agroecológica na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional (CONSEA, 2018).

4.3 AGRICULTURA URBANA: BAHIA E SALVADOR

Segundo Paraguassú (2013), historicamente, as atividades de AU vêm cumprindo a função de prover alimentos à população de Salvador, desde a sua fundação. No século XIV, por conta da ausência de regiões agrícolas próximas à cidade, a produção de hortaliças e gêneros perecíveis era desenvolvida no próprio meio urbano. No século XV, iniciou-se a tradição dos quintais, trazida pelos jesuítas, os quais auxiliavam no abastecimento doméstico. No século XIX, com a valorização do açúcar e consequente perda de interesse dos produtores no cultivo de gêneros alimentícios, foram os quintais e hortas urbanas que auxiliaram no abastecimento da cidade (PARAGUASSÚ, 2013).

Nesse cenário, cabe pontuar que a cidade de Salvador sempre teve suas principais fontes de abastecimento fora do Município e, devido à sua íntima ligação com o mar, até o início do século XX, os alimentos procediam de cidades do Recôncavo Baiano. No entanto, o abastecimento complementar sempre existiu, através das chácaras e fazendas que havia na periferia da cidade.

Conforme registros, na primeira metade do século XIX, havia, dentro dos limites urbanos, a criação de gado leiteiro, cuja produção era consumida dentro da própria cidade e distribuída de porta em porta. Ainda nos anos de 1950, havia em bairros como Brotas e Cabula, produção de leite, frangos, ovos, frutas e hortaliças (SAMPAIO, 2005).

No bairro do Cabula havia grande produção de laranjas. Porém, o bairro era formado por sítios e fazendas que foram subdivididas após uma praga, nos anos de 1950, que acabou com boa parte dos laranjais, favorecendo assim a urbanização (FERNANDES; REGINA, 2005). Até meados dos anos 70, laranjais podiam ser encontrados na região do Cabula e de Pernambués. No Retiro, havia um Matadouro Municipal, um dos principais fornecedores de carne para cidade de Salvador.

Em tempos mais recentes, as atividades de AU em Salvador apresentaram-se em vários segmentos, como a criação de animais de pequeno porte, o cultivo e a comercialização de ervas medicinais e, também, as hortas urbanas, as quais podem ser: comunitárias, domiciliares, institucionais ou privadas.

Na cidade, tem predominado a produção de hortaliças, sendo muitos dos alimentos provenientes da AU praticada na periferia e em bolsões localizados em áreas urbanas. Os horticultores familiares urbanos e periurbanos são os responsáveis pelo plantio de diversas

culturas e pela implantação de hortas, produzindo desde o coentro e a salsa, até a abóbora, o milho, o feijão e frutas diversas (SANTANDREU; LOVO, 2007).

A produção e a coleta de plantas medicinais também são descritas como atividades importantes, associadas tanto à venda direta como à transformação em laboratórios domésticos. Experiências como as Ervateiras do Outeiro, com mais de 30 anos em Salvador, mostram a importância que estas atividades têm para a Região (SANTANDREU; LOVO, 2007).

A maior parte das atividades de comercialização da AU, na cidade, é realizada em feiras ou diretamente na vizinhança. Quase a totalidade (90%) das experiências de Salvador tem também o autoconsumo como uma de suas atividades.

Muitos dos horticultores participam, sem remuneração, nos mutirões, por ser uma ação comunitária da cultura local, que beneficia à coletividade. Em geral, são pessoas de baixa renda ou sem renda fixa, moradoras da periferia e cuja cor/raça, frequentemente, também se classifica entre os negros. A maioria possui baixa escolaridade com apenas o ensino fundamental incompleto e ou analfabetos/as (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Estas condicionantes interferem diretamente no modo de vida estabelecido por estas populações/comunidades, de forma que a presença de atividades de hortas nesses territórios pode contribuir na oferta e acesso a alimentos, de menor custo, em comparação aos grandes centros de abastecimento.

Estudo de Paraguassú, em 2013, reporta que as maiores hortas da cidade – sobretudo nos bairros de Brotas, Pirajá e Baixa de Quintas estavam localizadas nas áreas de baixada e seguindo as redes hídricas, uma vez que, além da maior disponibilidade de água para irrigação, essas áreas não eram interessantes para construções, devido ao risco de deslizamentos e inundações.

Mata (2014) enfatiza que uma parcela de produtores urbanos de Salvador utiliza suas hortas para consumo próprio e para comercialização dos excedentes na vizinhança. A autora argumenta também que, para o bom desenvolvimento da AU, devem ser considerados aspectos relacionados à realidade local, por ser esta característica uma das principais que diferenciam a AU da agricultura rural, e identificadas, dentro da cidade, as potencialidades de contribuição da AU para a sustentabilidade urbana.

No tocante ao reconhecimento da AU na cidade, em pesquisa realizada pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, em 2008, foram identificadas 17 atividades de agricultura urbana e periurbana na Bahia. Destas, 11 estavam localizadas no município de Salvador e seis da Região Metropolitana (Camaçari, Simões Filho e Ilha de Vera Cruz). Os empreendimentos caracterizavam-se por atividades de produção vegetal, produção animal, produção de insumos e comercialização, atividades de algum tipo de transformação, além de prestarem serviços, como formação e capacitação (BAHIA, 2008).

Em relação às questões de apoio, na esfera estadual, no ano de 2012, o governo apoiou iniciativas de AU nas cidades, ocorrendo o lançamento de edital para investimento nos segmentos de AU (BAHIA, 2012). As ações do governo estadual seguiram até o ano de 2015, quando ocorreu a extinção da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), vinculada à Secretaria Estadual da Agricultura (SEAGRI), que além da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), mantinha projetos para financiamento agrícola e capacitações, com a orientação para a comercialização dos produtos (ASBRAER, 2014).

No que tange à esfera municipal, a AU consta na Lei nº 7.400, de 2008, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), e nos Art. 33 e 115, registram as seguintes diretrizes, respectivamente:

IV - promoção e apoio à formação de recursos humanos para a preservação, conservação e gerenciamento do ambiente e **da agricultura urbana sustentável**; (SALVADOR, 2008, grifo nosso).

.....

VII - **apoiar atividades de agricultura urbana**, estimular novos projetos de qualificação profissional e produção agrícola (SALVADOR, 2008, grifo nosso).

Em 2015, apesar de ser criada a Lei nº 8915/2015, a qual instituiu a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PMMA), direcionada às ações ambientais na cidade, nenhuma inclusão foi realizada para a AU, ou quanto às suas possibilidades de práticas sustentáveis na cidade (DOM, 2015).

A AU se manteve no PDDU do município em 2016, por meio da Lei Municipal nº 9.069 de 2016, em seu Art. 110, na diretriz:

VII - **apoiar atividades de agricultura urbana**, estimular novos projetos de qualificação profissional e produção agrícola (SALVADOR, 2016, grifo nosso).

Na rotina da cidade, todavia, nota-se a ausência e negligência dessas ações, não sendo a atividade muito evidente ou valorizada. Em paralelo, são escassos os registros da atividade nos diferentes níveis de governo.

Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciou o 10º Censo Agropecuário, conhecido como Agro Censo, com identificação parcial de 25 estabelecimentos agropecuários, dos quais 17 de AU, sendo a maioria localizada na Rua da Horta, no bairro de Pernambués. O censo tem conclusão prevista ainda em 2018, tendo como principal dificuldade a ausência de registros nos órgãos públicos, sendo necessária uma constante busca pela cidade por parte dos recenseadores (IBGE, 2018).

Conquanto faltem dados de cadastro nos órgãos públicos do município e do estado, na atualidade, tem-se conhecimento de iniciativas ativas de AU, a exemplo da Horta Comunitária mantida pela Biblioteca Comunitária Zeferina - Beiru, no bairro Arenoso (NUNES, 2015); há a Horta Solidária no bairro da Pituba, que tem sido estruturada em um terreno que antes estava ocioso, sendo revitalizado por moradores, dentre outras (SERVILHA, 2017); a Horta Comunitária na Comunidade da Trindade, no bairro da Calçada, a qual acolhe moradores de rua e utiliza os produtos da horta principalmente para o autoconsumo, dentre outras iniciativas (ARQUIDIOCESE SALVADOR, 2016).

Outras iniciativas, como o plantio de ervas medicinais, a criação de animais de pequeno porte, produção de hortaliças, mantêm seu desenvolvimento, com atividades comunitárias, institucionais, domésticas ou privadas. Seguindo a tendência histórica, a maioria destas iniciativas tem se concentrado em regiões periféricas da cidade, aproveitando espaços ociosos, praças, canteiros e jardins, além de espaços doados ou cedidos por instituições públicas, privadas, religiosas, filantrópicas ou ONG (SANTANDREU; LOVO, 2007; PARAGUASSÚ, 2013; MATA, 2014).

Conforme a literatura específica, os principais desafios apontados para a manutenção da AU em Salvador são: a escassez de investimentos dos órgãos públicos; a inexistência do registro da iniciativa agrícola; a falta de apoio técnico para as práticas de produção; e a dificuldade na organização social dos envolvidos, desencadeando, muitas das vezes, no término destas iniciativas (PARAGUASSÚ, 2013; MATA, 2014).

Como desdobramento, tem-se o registro de várias iniciativas que foram descontinuadas, incluindo o Projeto Maria das Cabras, que realizava o plantio de hortaliças e ervas medicinais

para autoconsumo, no bairro do Imbuí; a Horta Comunitária Viver Vila Verde, que desenvolvia produção voltada para autoconsumo, comercialização e doação para creches do bairro de Mussurunga; o projeto Horta Escola, no bairro da Palestina, que atuava na produção de hortaliças, ervas medicinais e frutas, com produção para o autoconsumo e a comercialização em feira (SANTANDREU; LOVO, 2007), o Projeto Kaitumba: Segurança Alimentar e Nutricional, que mantinha produção coletiva de alimentos agroecológicos por meio de horta comunitária, com plantas medicinais, além de Plantas Alimentícias Não-Convencionais (PANC), no bairro do Pelourinho (ACBANTU,...).

Nesse cenário, cabe pontuar que Salvador é considerada a quarta maior cidade brasileira, com população estimada de 2.938.092 habitantes, em 2016 (IBGE, 2016), marcada por profundas desigualdades econômicas e sociais, com extensas áreas com concentração de pobreza e vulnerabilidade social e alimentar. Neste contexto, o estabelecimento de iniciativas de AU pode contribuir para mitigar os efeitos desta realidade.

4.4 AGRICULTURA URBANA EM HORTAS COMUNITÁRIAS

As hortas urbanas (HU) compreendem um grupo de tipologias que se distinguem pelas suas próprias especificidades e pelos objetivos que pretendem alcançar. As hortas comunitárias são desenvolvidas sobretudo por famílias que as cultivam, com o intuito de fazer face às suas próprias necessidades alimentares e/ou para complementar a renda familiar através da venda dos produtos cultivados (SARAIVA, 2011).

No Brasil, as experiências municipais de manutenção de hortas comunitárias ocorrem desde a década de 1970. Essas hortas complementam a renda das famílias que se dedicam aos cultivos urbanos e fornecem alimentos básicos às famílias e envolvidos, que não têm recursos para comprar no mercado. As hortas contribuem para a segurança alimentar e nutricional, ao permitir o acesso da população a alimentos mais frescos e saudáveis e ao possibilitar a diversificação da alimentação (PEDERSON; ROBERTSON, 2006).

Ferreira (2013) ao retratar as dimensões das hortas comunitárias urbanas, do ponto de vista econômico, enfatiza que estas correspondem a um sistema de comercialização diferente (inovador) do habitual, um sistema produtivo voltado primordialmente ao autoconsumo e, secundariamente, parte da produção destina-se à comercialização.

As hortas comunitárias ao estabelecerem-se como espaços verdes, traduzem-se em espaços de convívio, lazer e aprendizagem, onde o potencial sociocultural permite a convivência de diferentes gerações, tal como uma nova utilização do espaço público. Ademais, são espaços geridos e promovidos pela sociedade civil por meio de associações ou grupos de pessoas, as quais se destacam pelo seu dinamismo e empenho nas atividades de agricultura urbana (COSTA; ALMEIDA, 2012; COELHO, 2015; LEAL, 2015).

No que tange à organização de trabalho, nas hortas comunitárias, o trabalho é dividido entre os participantes, sendo mantidas com voluntariado em sua grande maioria, e utilizando sistemas de mutirão (FERREIRA, 2013; SCHNEIDER, 2014).

Em estudos conduzidos por Ferreira (2013) e Medeiros et al. (2015), ao serem perguntadas sobre o número reduzido de pessoas envolvidas em hortas comunitárias, as lideranças responderam que existia pouco interesse das pessoas, posto não haver retorno financeiro visível. Este quadro se constitui em uma questão importante para a própria reprodução da AU, no que tange à dimensão econômica. Assim, parece que a forma como as hortas comunitárias são geridas é um fator que limita o alcance pleno de lucros.

Por outro lado, considerando os grupos de horticultores que se mantêm, os fatores que mais instigam as pessoas a continuarem com as hortas comunitárias residem na oportunidade de produzir e consumir alimentos saudáveis, a ocupação do tempo com trabalho voluntário, o contato com a terra, bem como a recuperação de áreas ambientalmente degradadas (FERREIRA, 2013).

4.5 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

No Brasil, desde os tempos coloniais, havia uma preocupação por parte dos governantes com a alimentação da população. Entretanto, essa preocupação só terminou por se transformar em políticas públicas, a partir do século XX, com a emergência dos movimentos sociais contra a carestia. As políticas implementadas desde o início do século passado abrangiam diversos itens como a política agrícola, os sistemas de abastecimento, controle de preços, distribuição de alimentos, entre outros (BELIK, 2003).

Na atualidade, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) foi consolidada nos princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº-11.346, de 2006 (BRASIL, 2006), que regulamentam o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN),

fazendo-se necessário, ainda, a implementação e o suporte a um conjunto de programas e ações, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, principalmente para a população em maior vulnerabilidade socioeconômica (BRASIL, 2006).

No país, esta política apresenta pontuações de relevância no que tange: à promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; à promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica; à instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional; à pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada; à promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para povos e comunidades tradicionais; ao fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional; à promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura (BRASIL, 2010).

Como lastro desta política, tem-se a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que é definida como:

(...) a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Todavia, conforme pode ser registrado por estatísticas que a FAO levanta para o mundo periodicamente, os alimentos podem estar disponíveis, mas as populações pobres podem não ter acesso a eles, seja por problemas de renda, ou seja, devido a outros fatores, como conflitos internos, ação de monopólios ou mesmo desvios (BELIK, 2003). Deste modo, é emergente o constante apoio às iniciativas de promoção da soberania alimentar, da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada, em âmbito nacional e internacional.

De acordo com marco legal brasileiro do ano de 2006, a perspectiva da SAN aborda as questões alimentares que dizem respeito ao conjunto da população, e não apenas aos

segmentos mais vulneráveis, e inclui as dimensões alimentar – a produção, a disponibilidade, o acesso e o consumo, e a nutricional - a utilização do alimento pelo organismo e sua relação com a saúde. No que tange à disponibilidade, abarca um balanço entre a oferta e a demanda de alimentos, bem como o volume de alimentos comercializados (BRASIL, 2006).

Com relação ao acesso e ao consumo, considera-se a capacidade de aquisição física e financeira e de consumo efetivo dos alimentos, observando-se indicadores de renda familiar, o gasto familiar com a compra dos alimentos e o consumo alimentar individual, empregando-se técnicas específicas de inquérito alimentar (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009; KEPPLER; SEGALL-CORRÊA, 2011). No que tange à dimensão nutricional, cabe realçar que problemas na utilização biológica dos alimentos podem decorrer de determinantes externos, como exemplo, as condições precárias de saneamento básico e outros aspectos da qualidade de vida.

Considerando as dimensões da SAN, compreende-se que o desafio da segurança alimentar é muitas vezes abordado como uma questão de abastecer a crescente população humana, entretanto, ele é maior do que uma questão apenas de escala. É preciso reconhecer que a urbanização configura cada vez mais o desafio da segurança alimentar, como uma questão global e que envolve as inúmeras cadeias de abastecimento de alimentos para a população, configurados como sistemas agroalimentares (JENNINGS et al., 2015).

Jennings et al (2015) complementa que a relação do acesso e do consumo de alimentos com a urbanização reforça a necessidade de sistemas agroalimentares coerentes, que agreguem os diversos segmentos sociais, com enfoque para a lógica de abastecimento justo e acessível à população urbana, para uma urbanização sustentável.

Dada a amplitude da SAN, o estudo acerca da oferta e do acesso a alimentos tem alcançado abrangência multiprofissional, não se limitando às áreas da saúde e nutrição, pois tem sido objeto de investigação, debates sociais, disputas e participação de amplos e diversificados segmentos governamentais e da sociedade civil, visto que estão implicadas abordagens da agricultura, urbana e rural, com a cultura e a indústria alimentar, questões de acesso à terra, as religiões, os movimentos de mulheres, de negros, de indígenas, as desigualdades de gênero e sociais, a sustentabilidade ambiental, entre outros campos de estudos e interesses (MATTOS et al., 2015).

Nesse contexto, analisar a oferta e o acesso de alimentos, por meio da AUP tem se configurado uma das questões centrais, seja na perspectiva da segurança alimentar, seja no equilíbrio entre a produção e a distribuição destes produtos, da relação da produção de alimentos em áreas urbanas com práticas mais sustentáveis - por meio do aproveitamento de espaços, aprimoramento da agroecologia - assim como possibilidade de geração de renda para os produtores envolvidos. Adicionalmente, tem-se uma projeção de melhor qualidade de vida das populações urbanas, com possibilidade de integrar o meio natural, o desenvolvimento econômico e as relações sociais.

Respalhando estas questões, o Guia Alimentar para a população brasileira enfatiza a importância do consumo de alimentos *in natura* de qualidade, de forma segura, acessível e sustentável, em um movimento contrário ao elevado consumo de alimentos processados, *fast food*, de elevado teor de açúcares e gorduras e alta densidade calórica (BRASIL, 2014).

No país, contudo, o fortalecimento da agricultura urbana não tem sido uma dinâmica facilitada. Com a modernização dos processos tecnológicos, principalmente nos espaços urbanos, aumenta a dificuldade dos sistemas alimentares centrados na agricultura familiar, em técnicas tradicionais e eficazes de cultivo e manejo do solo, no uso intenso de mão de obra, no cultivo consorciado de vários alimentos combinado à criação de animais, no processamento mínimo dos alimentos realizado pelos próprios agricultores ou por indústrias locais e em uma rede de distribuição de grande capilaridade, integrada por mercados, feiras e pequenos comerciantes (BRASIL, 2014).

Nessa direção, as cidades que se apresentam como grandes centros de consumo precisam reconhecer a sua responsabilidade na construção de sistemas agroalimentares mais sustentáveis, com a redução do desperdício de alimentos e oportunidades de meios de vida dignos para produtores, processadores e comerciantes de alimentos, com promoção de formas ambientalmente viáveis de produção de alimentos (DUBBELING et al., 2015).

No contexto da AUP, com a implantação de projetos que visem estimular a produção orgânica de alimentos, em áreas ociosas das cidades e do seu entorno, criam-se possibilidades de aumento no acesso e no consumo de alimentos *in natura*, com valores mais acessíveis e, possivelmente, com maior qualidade, para comunidades em vulnerabilidade alimentar e nutricional. Ao mesmo tempo, a atividade contribui para a coesão, a mobilização e o empoderamento populacional frente aos órgãos públicos (BRASIL, 2014).

No que se refere ao uso do solo urbano, entretanto, registram-se dificuldades na concessão de espaços verdes para o desenvolvimento de AUP, quadro que se atrela à questão fundiária na política habitacional e urbana do país. Maricato (2000; 2006; 2017), em diversos estudos sobre o solo urbano e como a sua dinâmica interfere nas políticas das cidades, discute a organização de um imenso movimento de construção urbana necessário para o assentamento residencial da população que tem se concentrado nas cidades, bem como para suprir as necessidades de trabalho, abastecimento, transporte, saúde, energia, água, etc.

No entanto, por diversas vezes, as áreas mais periféricas não são contempladas por estes projetos urbanos, consideradas como vazios urbanos e/ou improdutivoas, as quais acabam por concentrar bolsões de pobreza, com uma população em vulnerabilidade socioeconômica renovando as formas de desigualdade socioespacial (COSTA; ALMEIDA, 2012).

Para Rolnik *et al* (2011), a política fundiária precisa ser baseada em processos de planejamento participativo local, como forma de ampliar o acesso à terra urbanizada e bem localizada para a moradia, concretizando a função social da propriedade, com acesso pelas camadas mais vulneráveis. Assim, se o país não tem priorizado em sua política fundiária urbana, espaços para moradia de forma equiparada, entre as camadas populacionais, em paralelo, tem-se ainda maior dificuldade na concessão de espaços verdes para o desenvolvimento da AUP.

Segundo Moreira e Ribeiro (2016), os problemas de acesso e uso adequado do solo urbano apresentam-se relacionados à questão fundiária, posto que a limitação do acesso ao solo para a população mais vulnerável constituiu e ainda segue como uma das principais formas de exclusão social e de consolidação da precariedade urbana e habitacional nas cidades.

Nesta concepção, referenciada na economia política da urbanização, Costa e Almeida (2012) pontuam que a matriz da reforma urbana que vem respaldando as políticas urbanas e o planejamento contemporâneos ainda precisam avançar, tendo como base os pilares de direito à cidade e de função social da terra.

REFERÊNCIAS

ACBANTU. **Associação Cultural Nacional de preservação do patrimônio Bantu.** Disponível em < <http://www.acbantu.org.br/etnodesenvolvimento/15/projeto-kaitumba>>

ALMEIDA, D. Agricultura Urbana e Segurança Alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável. **Agriculturas – Experiências em Agroecologia.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 25-28, 2004. Disponível em: <http://orgprints.org/17368/1/Almeida_RAgriculturas_2004.pdf>

ALMEIDA, D. A. O.; COSTA, H. S. M. Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. **In: APP Urbana 2014 - III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo,** 2014, Belém. A dimensão ambiental da cidade. Belém: UFPA, 2014. v. 1. p. 1. Disponível em: <<http://anpur.org.br/app-urbana-2014/anais/ARQUIVOS/GT1-220-63-20140522075553.pdf>>

ARQUIDIOCESE DE SALVADOR. **Campanha para reformar o telhado da igreja da Trindade continua.** Salvador, 2016. Disponível em: <<http://arquidiocesosalvador.org.br/site/?tag=comunidade-da-trindade>>

ASBRAER. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Governo da Bahia define pela extinção da EBDA,** 2014. Disponível em: <<http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/775-governo-da-bahia-define-pela-extincao-da-ebda>>

BAHIA (estado). SEAGRI. Secretaria de Agricultura. **EBDA incentiva comercialização de produção da agricultura urbana e periurbana em Salvador.** 2012. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2012/11/13/ebda-incentiva-comercializa%C3%A7%C3%A3o-de-produ%C3%A7%C3%A3o-da-agricultura-urbana-e-periurbana--0>>

_____. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. **A agricultura urbana promove uma cidade mais produtiva,** 2008. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2008/01/02/agricultura-urbana-promove-uma-cidade-mais-produtiva>>

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade,** v.12, n.1, p.12-20, jan-jun. 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7087/8557>>

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. **MDS em números.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sites/mds-em-numeros>>

_____. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>

_____. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Disponível em:<
<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a população brasileira.** 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <www.saude.gov.br/bvs>

_____. Coordenação Geral de Agricultura Urbana e Periurbana – CGAUP. **Portal da Agricultura Urbana e Periurbana.** Aliança Brasil - Holanda pela Agricultura Urbana, 2015. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/>>

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 906-A, de 2015.** Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano, pela aprovação. Disponível em:<
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=530F7F16FBB2BAC504DD82D1C8F3AF59.proposicoesWeb1?codteor=1363703&filename=Avulso+-PL+906/2015 >

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2017.** Disponível em:<
<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132006>>

COELHO, R. M. L. S. C. **O paradigma da agricultura urbana para o século XXI.** Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitectura) - Faculdade de Arquitectura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa, 2015. Disponível em:<<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/715>>

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Subsídio para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP).** 2014. Disponível em:<
<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Subsidio-para-uma-Poli%CC%81tica-Nacional-de-Agricultura-Urbana-Periurbana.pdf>>

_____. Conselho Nacional de Segurança Alimentar. **É preciso um marco legal específico para a agricultura familiar.** 2018. Disponível em:<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2018/copy_of_maio/201ce-preciso-estabelecer-um-marco-legal-especifico-para-a-agricultura-familiar201d-diz-conselheira/view>

COSTA, C. “Kleingärten – um componente da infraestrutura urbana: aspectos urbanísticos, ecológicos e sociais dos jardins arrendados na Alemanha”. In: URBE. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** 1. 103 – 122, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692012000100008&script=sci_abstract&tlng=pt>

COSTA, H. S. M.; ALMEIDA, D. A. O. Agricultura Urbana: possibilidades de uma *praxis* espacial? **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande, MS, v. 4, n. 8, p. 61 – 78, jul. /dez. 2012. Disponível em:<<http://seer.ufms.br/ojs/index.php/cadec/article/view/3528/2808>>

CUBA. Ministério da Agricultura de Cuba. **Grupo Nacional de Agricultura Urbana**, 2001. Disponível em: < <http://www.ausc.co.cu/>>

CURITIBA (estado). Prefeitura Municipal de Curitiba. **Agricultura Urbana**. Disponível em:< <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/agricultura-urbana-smab/252>>

_____. **Hortas comunitárias garantem produção para famílias e ocupação de espaços ociosos**, 2013a. Disponível em:< <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/hortas-comunitarias-garantem-producao-para-familias-e-ocupacao-de-espacos-ociosos/29272>>

_____. **Programa de Agricultura Urbana de Curitiba é finalista em premiação internacional**, 2016b. Disponível em:< <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/programa-de-agricultura-urbana-de-curitiba-e-finalista-em-premiacao-internacional/40399>>

DEGENHART, B. La agricultura urbana: un fenómeno global. **Nueva Sociedad: Democracia y política em América Latina** 262, Marzo – Abril, 2016. Disponível <em:<http://nuso.org/articulo/la-agricultura-urbana-un-fenomeno-global/>>

DOM. Diário Oficial do Município de Salvador. **LEI N° 8.915/2015**. Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Ano XXVIII, n° 6.430. Salvador, 2015. Disponível em:<http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/Lei_8915_2015.pdf>

DUBBELING, M. et al. A alimentação na agenda urbana. **Revista de Agricultura Urbana** n. 29 – Maio de 2015. Disponível em:<
http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU29/rau29_total.pdf#page=87>

EIGENBROD, C.; GRUDA, N. Urban vegetable for food security in cities. A review **Agronomy for Sustainable Development**, v35, n2, 2015. Disponível em:<
<https://link.springer.com/article/10.1007/s13593-014-0273-y>>

ELLIS, F.; SUMBERG, J. Food Production, Urban Areas and Policy Responses. **World Development** vol. 26 n 2, 1998. Disponível em: <<http://start.org/download/urbanag/ellis-sumberg.pdf>>

FAO. *Food and Agriculture Organization*. **Cuestiones de la agricultura urbana**. 1999. Disponível em:< <http://www.fao.org/ag/esp/revista/9901sp2.htm>>

_____. **Essential documents, statistics, maps and multimedia resources, 2008**. Disponível em: <www.fao.org/>

_____. **A promessa de cidades mais verdes. 2012**. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/015/i1610p/i1610p00.pdf>>

_____. **O estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil** – Um retrato multidimensional. Relatório. Brasília/DF. 2014. Disponível em:<
http://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf>

_____. **The state of food insecurity in the world 2014**. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Edition ed. Rome: FAO, 2014. Disponível em:<
<http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>>

FERNANDES, R. B.; REGINA, M. E. R. O acelerado crescimento dos bairros populares na cidade de Salvador-Bahia e alguns dos seus principais impactos ambientais: o caso do Cabula, geograficamente estratégico para a cidade. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 39, p 119-131, jan./jun. 2005. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13311>>

FERREIRA, R. J. **Agricultura Urbana e Periurbana e Políticas Públicas: Contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Disponível em:<
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10701/1/Tese%20Rubio%20Jose%20Ferreira.pdf>>

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Prefeitura de Salvador. **Plano Salvador 500**. Relatório de caracterização atual. 2015. Disponível em:<
<http://www.cms.ba.gov.br/pddu/Caracterizacao%20Atual.pdf> >

FREDDI, S. M. **A Agricultura Urbana e o “Bem Viver” nos espaços urbanos: Um Estudo de Caso sobre as Hortas Comunitárias do município de Joinville/SC**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, 2015. Disponível em: <
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/135125/334501.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >

GONÇALVES, R. G. G. **Hortas urbanas, Estudo do Caso de Lisboa**. UTL Repository. Instituto Superior de Agronomia. Universidade de Lisboa. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agronómica). Disponível em:<
http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6809/1/VERS%C3%83O%20DEFINITIVA_Tese%20de%20Mestrado_Rita%20Gon%C3%A7alves.pdf>

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600007&script=sci_arttext>

GUZMÁN, E. S. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan.

/mar.2002. Disponível em:<

<http://www.emater.tche.br/site/sistemas/administracao/tmp/958934218.pdf>>

HARA, Y. et al. Quantitative assessment of the Japanese "local production for local consumption" movement: a case study of growth of vegetables in the Osaka city region.

Sustain Sci., v.8, p.515-27, 2013. Disponível em:<

<https://link.springer.com/article/10.1007/s11625-012-0198-9> >

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades-Salvador**, 2016.

Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=292740>>

_____. **Acompanhamento de Coleta Censo Agro 2017**, 2018. Disponível em:<

<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/acompanhamento-da-coleta.html>>

JANOVICZ, C. Zur sozialen Ökologie urbaner Räume, **Transcript**, Bielefeld, 2008.

Disponível em:< <http://www.transcript-verlag.de/978-3-89942-974-9/zur-sozialen-oekologie-urbaner-raeume>>

JENNINGS, S. et al. O alimento num mundo urbanizado: o papel dos sistemas alimentares urbano-rurais. **Revista de Agricultura Urbana** n. 29 – Maio de 2015. Disponível em:<

http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU29/rau29_total.pdf#page=87>

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(1):187-199, 2011. Disponível em:<

<http://www.scielo.org/pdf/csc/v16n1/v16n1a22.pdf>>

LAWSON, L. **A brief History of Urban Garden Programmes in the United States**, 2009.

Disponível em: <<http://ljlawson.rutgers.edu/assets/pdf/UGPlecture.pdf>>

LEAL, J. S. V. B. **A integração da agricultura urbana no planeamento urbano. O caso de estudo da cidade do Porto**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território) - Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, 2015. Disponível

em:<<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/563345090414388/dissertacao.pdf>>

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. T. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Agricultura urbana. Planaltina, DF: **Embrapa Cerrados**, 2002. Disponível em:<

https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAC-2009/22469/1/doc_48.pdf >

MADALENO, I. M. A Cidade das Mangueiras: Agricultura Urbana em Belém do Pará.

Lisboa: **Fundação Calouste Gulbenkian**; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

Disponível em:< [https://gulbenkian.pt/?s=MADALENO%2C+I.+M.](https://gulbenkian.pt/?s=MADALENO%2C+I.+M.+A+Cidade+das+Mangueiras%3A+Agricultura+Urbana+em+Bel%C3%A9m+do+Par%C3%A1)

[+A+Cidade+das+Mangueiras%3A+Agricultura+Urbana+em+Bel%C3%A9m+do+Par%C3%A1](https://gulbenkian.pt/?s=MADALENO%2C+I.+M.+A+Cidade+das+Mangueiras%3A+Agricultura+Urbana+em+Bel%C3%A9m+do+Par%C3%A1) />

MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

Disponível em: < [https://books.google.com.br/books?hl=pt-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=j4wwDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=quest%C3%A3o+fundi)

[BR&lr=lang_pt&id=j4wwDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=quest%C3%A3o+fundi](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=j4wwDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=quest%C3%A3o+fundi)

%C3%A1ria+urbana+e+alimenta

%C3%A7%C3%A3o&ots=2gZ74HenSF&sig=7WJN8D5jxAjF839deFAzfdV8Sks#v=onepag
e&q=quest%C3%A3o%20fundi%C3%A1ria%20urbana%20e%20alimenta
%C3%A7%C3%A3o&f=false>

_____. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.
Repositório do Conhecimento do IPEA. Políticas Sociais – acompanhamento e análise | 12 |
fev. 2006. Disponível em: <
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4508/1/bps_n.12_ensaio2_ministerio12.pdf>

MARICATO, E.; ARANTES, O.; VAINER, C. **A cidade do pensamento único.** Petrópolis,
Vozes, 2000.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**, n 19.
2002. Disponível em:<
<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/160/148>>

MATA, D. M. P. **Agricultura Urbana de produção orgânica: desafios e oportunidades para a formulação de uma Política Pública na cidade de Salvador.** Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia. Escola Politécnica, 2014. Disponível em:<
https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18616/1/DAMILE_MATA_AGRICULTURA_URBANA_FINAL.pdf>

MATTOS, C.; MENDONÇA, M. M.; MASELLI, M.; DEPRÁ, R. L. S. N. Panorama da Agricultura Urbana e a construção de Políticas Públicas no Brasil. 2015. **Revista ADVir.** Rio de Janeiro. n. 34 (dez. 2015). Disponível em:<<http://aspta.org.br/wpcontent/uploads/2016/08/ADVIR34.pdf>>

MEDEIROS, C. B. N.; et al. As hortas urbanas como uma contribuição às cidades sustentáveis: o caso do Gramorezinho em Natal/RN. **Cidades Verdes**, v.03, n.08, 2015, pp. 16-32. Disponível em:<http://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/cidades_verdes/article/view/981/1004>

MENDES, W. Criando e implementando políticas alimentares em Vancouver, Canadá. **Revista Agricultura Urbana**, n.º 16. 2014. RUAF (Resource Centers on Urban Agriculture and Food Security). Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU16/AU16canada.html>>.

MENDES, L. S. **Agricultura urbana e periurbana como fonte de renda através do autoconsumo.** Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/173366/Monografia%20do%20Luan%20Souza%20Mendes.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

MOK, H-F. et al. Strawberry fields forever? Urban agriculture in developed countries: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, 2014, 34(1), 21-43. Disponível em:<<https://link.springer.com/article/10.1007/s13593-013-0156-7>>

MOREIRA, T. A.; RIBEIRO, J. A. Z. M. T. A questão fundiária brasileira no desenho das políticas nacionais de habitação. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 15-31, abr 2016. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/pdf/4028/402844839001.pdf>>

MOUGEOT, L. J. A. Agricultura Urbana - conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, nº 1, 2005. Disponível em:<<http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU01/AU1.html>>

NUNES, D. Traços da História do Bairro Arenoso e o Quilombismo da Biblioteca Comunitária Zeferina-Beiru. **Duque dos Banzos**. 2015. Disponível em<<https://ungareia.wordpress.com/2015/12/01/tracos-da-historia-do-bairro-arenoso-e-o-quilombismo-da-biblioteca-comunitaria-zeferina-beiru/>>

ONUBR. Nações Unidas no Brasil. **Número de habitantes na América Latina deve chegar a 625 milhões em meados de 2016, segundo CEPAL. 2016**. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/numero-de-habitantes-na-america-latina-deve-chegar-a-625-milhoes-em-meados-de-2016-segundo-cepal/>>

_____. Nações Unidas no Brasil. **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura**. 2013. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/agencia/fao/>>

PAIZINHO, C. A. D. C. **Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana- O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa**. Dissertação (Mestrado em Economia Social e Solidária) - Escola de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa. ISCTE-IUL, 2016. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12007/1/2016_ECSH_DEP_Dissertac%CC%A7a%CC%83o_Carlos%20Alberto%20Diogo%20da%20Costa%20Paizinho.pdf>

PARAGUASSÚ, L. A. A. **A agricultura urbana como estratégia de sustentabilidade da cidade do Salvador, Bahia, Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) - Facultad de Geografía y Historia, Universidad de Salamanca, 2013. Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=80964>>

PEDERSON, R. M.; ROBERTSON, A. As políticas alimentares são essenciais para as cidades saudáveis. Sociedade Dinamarquesa contra o Câncer, Copenhagen, Dinamarca. Organização Mundial da Saúde (OMS), 2006. **Revista de Agricultura Urbana** nº 3 - Políticas alimentares para cidades saudáveis. Disponível em:<<http://www.ruaf.org/sites/default/files/AU3cidadessaudaveis.pdf>>

PORTELA, V. F.; VILHENA JUNIOR, W. M. Agricultura Familiar no Centro Urbano: a experiência do Bairro Operário em Boa Vista-Roraima. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais**, 2008. Disponível em: <<https://revista.ufrb.br/examapaku/article/view/1465>>

PULIGHE, G.; LUPIA, F. Mapping spatial patterns of urban agriculture in Rome (Italy) using Google Earth and web-mapping services. **Land Use Policy** 59 (2016) 49–58. Disponível em: <https://ac.els-cdn.com/S0264837716300059/1-s2.0-S0264837716300059-main.pdf?_tid=7155849d-1ca9-4c4d-8e9e-ca59908120c8&acdnat=1528150356_1d276c016e20dcdffa0f47b16703bf59>

RIBEIRO, S. M. et al. Agricultura urbana agroecológica: estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 25, n. 3, p. 381-388, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/2269>>

ROLNIK, R. et al. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. **Revista de Direito da ADVOCEF – Ano VII – Nº 13 – Nov 11**. Disponível em: <<http://www.advocef.org.br/wp-content/uploads/2014/11/13-novembro-2011.pdf#page=124>>

RUAF - Resource Centers on Urban Agriculture and Food Security, 2014. **About RUAF**. Disponível em: <<http://www.ruaf.org/about-ruaf>>

RYDIN, Y. et al. Shaping cities for health: complexity and the planning of urban environments in the 21st century. **Lancet**, v.379, n.9831, p.2079-2108, 2012. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3428861/>>

SALVADOR (cidade). **LEI Nº 9.069 /2016**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>>

_____. **LEI Nº 7.400/2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU 2007 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/lei_7400_2008.pdf>

SAMPAIO, C. N. **50 anos de Urbanização - Salvador da Bahia no século XIX**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Versal, 2005. 294 p.

SANTANDREU, A. et al. Urban Agriculture in the City Montevideo. 2001. In: "Urban Agriculture in Cities of the 21st Century: Innovative approaches by local governments from Latin America an the Caribbean". UMP-LAC, IDRC. IPES, FAO, Municipio del Distrito Metropolitano de Quito. **Working Paper** 84: 169-189. Quito, 2000. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/textos>>

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção. Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. **Intercâmbio de Tecnologias Alternativas**, 2007. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf>

SANTOS, D. H. Agricultura Urbana e Segurança Alimentar. Revista Multidisciplinar da Uniesp. **Saber Acadêmico** - n.º 11 - Jun. 2011. Disponível em: <<http://www.uniesp.provisorio.ws/revista/revista11/pdf/artigos/15.pdf>>.

SÃO PAULO (estado). **Lei n.º 11.727/04**. Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no município de São Paulo e define suas diretrizes. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13012004L%20137270000>

SARAIVA, R. A. **As hortas urbanas na reconfiguração física, social e ambiental do concelho de Oeiras**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) - Área de Especialização em Planeamento e Ordenamento do Território. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011. Disponível em: <<https://run.unl.pt/bitstream/10362/7270/2/TESE%20-%20FINAL%20V1.pdf>>

SCHNEIDER, T. C. **Comunicação, meio ambiente e alimentação: A construção de sentidos a partir de uma experiência de Agricultura Urbana em Curitiba (PR)**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36402/R%20-%20D%20-%20THAIS%20CRISTINA%20SCHNEIDER.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 16(2): 1-19, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634782/2701>>

SERVILHA, R. Terreno baldio dá lugar a horta comunitária na Pituba. **Jornal A Tarde**. Salvador, 11 mar. 2017. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1845116-terreno-baldio-da-lugar-a-horta-comunitaria-na-pituba>>

SMIT, J. Agricultura Urbana e Biodiversidade. **Revista Agricultura Urbana**, RUAUF, IPES, PGU/ALC, 1: 1, 11-12. Quito, 2005. Disponível em: <<http://www.ruaf.org/sites/default/files/AU1biodiversidade.pdf>>

SOUSA, D.; MADUREIRA, H. Padrões territoriais da agricultura urbana na cidade do Porto. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n.º 11 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 309-325. 2017. Disponível em: <<http://www.cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/2017.11.014/pdf>>

VIDAL, D. M. Agricultura Urbana na Cidade do Rio de Janeiro. XIX **Encontro Nacional de Geografia Agrária**. *Anais...*, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Vidal_DM.pdf>

ZAAR, M. H. A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no marco da Soberania Alimentar. **Sociedade e Território** – Natal. Vol. 27, N. 3, p. 26 - 44. Jul./Dez. de 2015. Disponível em:<
<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/7870>>

5 CAPÍTULO 2: A EXPERIÊNCIA DAS HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS EM SALVADOR-BA: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

THE EXPERIENCE OF COMMUNITY URBAN GARDENS IN SALVADOR - BA: SOCIAL ORGANIZATION AND FOOD SECURITY

Joeli Silva de Souza¹, Ryzia de Cássia Vieira Cardoso², Lídice Almeida Arlego Paraguassú³

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde (PGNUT), Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia (UFBA).

²Docente do Departamento de Ciência de Alimentos – Escola de Nutrição – UFBA.

³Bióloga da Vigilância em Saúde e Ambiental. Prefeitura Municipal de Salvador - BA.

RESUMO

No Brasil, as iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana, como possibilidade de enfrentamento da pobreza e acesso a alimentos, têm encontrado inúmeros desafios para implantação e continuidade. Assim, esse estudo objetivou caracterizar as hortas urbanas comunitárias de Salvador - BA, quanto à organização social, ao trabalho, e à oferta e o acesso aos alimentos, em alinhamento ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Realizou-se estudo transversal, envolvendo três momentos: levantamento de informações para localização das hortas; identificação e seleção das hortas comunitárias; e visitas *in loco* para coleta de dados. Com base no levantamento, foram localizadas sete hortas comunitárias, das quais cinco participaram da pesquisa. A maioria das hortas (75%) localizava-se em bairros populares, tinha menos de cinco anos de existência, funcionava sem legalização da terra (80%), em áreas emprestadas (80%) e sem apoio técnico (100%). Observou-se ausência de organização social na maioria dessas iniciativas (60%). As maiores dificuldades incluíram a falta de financiamento (80%), de voluntários para o trabalho (80%) e limitações no uso da água (80%). Os cultivos compreenderam variedade de frutas e hortaliças, que eram destinados ao autoconsumo (80%), à doação (60%), e / ou à comercialização (40%). Os horticultores incluíram mulheres (50%) e homens (50%), com média de idade de 44,8 anos, escolaridade entre analfabetos (25%) e nível superior (37,5%), migrantes rurais (50%) e com experiência anterior na agricultura (62,5%). Entre os aspectos positivos do trabalho, destacaram-se a

produção de alimentos naturais, o acesso aos alimentos e o prazer no trabalho com a terra. O estudo evidenciou insuficiência de políticas para o segmento, reduzido apoio técnico e financiamento, conquanto houvesse contribuições na geração de trabalho e na oferta e no acesso aos alimentos. Assim, sinaliza-se a necessidade de apoio à atividade, visando alcançar maior sustentabilidade e promover a Segurança Alimentar e Nutricional.

Palavras-chave: Agricultura urbana. Segurança alimentar e nutricional. Oferta de alimentos. Pobreza. Abastecimento de alimentos.

ABSTRACT

In Brazil, the Urban and Peri-urban Agriculture initiatives, as a possibility of fighting poverty and access to food, have found numerous challenges for their implementation and continuity. Therefore, the objective of this study was to characterize the community - based urban gardens of Salvador - BA, with regard to social organization, work and supply and access to food, in alignment of Food and Nutrition Security. A cross-sectional study was carried out, involving three moments: survey of information to locate the vegetable gardens; identification and selection of community gardens; and on-site visits for data collection. Based on the survey, seven community gardens were found, where five were considered in the study. Most of the gardens (75%) were located in popular neighborhoods, had less than five years of existence, worked without land legalization (80%), in borrowed areas (80%) and without technical support (100%). There was a weak social organization (60%). The greatest difficulties included lack of funding (80%), volunteers for work (80%) and limitations on water use (80%). The crops included a variety of fruits and vegetables, which were destined for self-consumption (80%), donation (60%), and / or commercialization (40%). Horticulturists included women (50%) and men (50%), with a mean age of 44.8 years, education among illiterates (25%) and higher level (37.5%), rural migrants (50%) and previous experience (62.5%). Among the positive aspects of the study, the highlights were the production of natural foods and the access to food and pleasure in working at the land. The study evidenced a lack of policies for the segment, implying reduced technical support and financing. Although, contributions were made in the generation of work and in the supply and access to food, which indicates the need to support the activity in order to achieve better social organization and sustainability, promoting food and nutritional security.

Keywords: Urban agriculture. Food and nutrition security. Food offer. Poverty. Food supply.

INTRODUÇÃO

A Agricultura Urbana (AU) tem sido apontada como uma ação com potencial para responder aos crescentes problemas urbanos de ordem social, decorrentes da crise econômica e do quadro de ajustes estruturais ditados pelas políticas neoliberais com caráter excludente. Nessa direção, a conjuntura integrava políticas ambientais internacionais ao tema da pobreza urbana (IDRC, 2005; IPES, 2005; IPES, 2007).

Seguindo esta lógica, o Programa de Cidades Saudáveis, da Organização Mundial de Saúde (OMS), reconheceu os benefícios da AU e passou a estabelecer parcerias com países, em todo o mundo, para que incorporassem políticas alimentares em planos urbanos. A adesão a este conceito, todavia, não alcançou amplitude (referência).

Nos países em desenvolvimento, enquanto a prática da AU tem persistido, ao longo dos anos, sobretudo por razões de subsistência alimentar, nos países desenvolvidos, tanto há situações de restrição quanto de crescimento (RYDIN et al., 2012). Muitas vezes, a AU tem sido marginalizada nas políticas de planejamento urbano nesses países, apesar de o acesso à comida ser uma preocupação em bairros pobres (RYDIN et al., 2012). Mok et al. (2014), por sua vez, pontuam que questões de ordem ambiental, social e econômica têm contribuído para um renascimento da atividade.

Estudos na América Latina e no Caribe permitem evidenciar o papel da AU na melhoria da gestão ambiental e da segurança alimentar dos setores mais pobres. Esta modalidade de agricultura é capaz de amenizar adversidades do ambiente urbano e contribui significativamente para a melhoria na qualidade de vida (SANTANDREU, 2005; MARIN, 2009; RODRIGUEZ, 2014; SILVA, 2014).

No Brasil, em 2001, a Lei da Agricultura Familiar foi regulamentada, reconhecendo a categoria social deste segmento (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Todavia, a formulação política para a AU ainda não se concretizou. A dificuldade de efetivação de uma política pública para a atividade envolve a tramitação do Projeto de Lei nº 182 de 2017 (BRASIL, 2017), que propõe instituir a Política Nacional de Agricultura Urbana e se encontra na Câmara dos Deputados, aguardando ainda apreciação e aprovação final.

Apesar do cenário político e econômico, iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) tem se mantido nas diferentes regiões brasileiras. Em Belém-PA, reporta-se que AU atenuou os gastos com alimentação, nas classes média e baixa, e tem ajudado na subsistência

das famílias de baixa renda (MADALENO, 2002). Em Belo Horizonte - MG, a experiência alcançou evidência mundial, ao promover melhores hábitos alimentares, principalmente por ter enfatizado a relação entre alimentação e saúde (ALMEIDA, 2004). A cidade de São Paulo - SP, como destaque, constitui um dos poucos municípios a estabelecer uma normativa para a AU, pela Lei nº. 11.727/04, que criou o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana e definiu suas diretrizes (SÃO PAULO, 2004).

No entanto, em todo o país, as iniciativas de AUP, como possibilidade de enfrentamento da pobreza e acesso mais frequente a alimentos, tem encontrado inúmeros desafios, incluindo: insuficiência de apoio financeiro e apoio técnico governamental; falta de posse legal dos espaços; descontinuidade de parcerias; dificuldades na organização social; e problemas de contaminação de solo e afluentes, dentre outros (FREDDI, 2015; ZAAR, 2015; MENDES, 2016).

Em Salvador – BA, a atividade de AU é descrita desde a fundação da cidade, ressaltando-se a presença de hortas urbanas² e a relação dicotômica entre os ambientes rural e o urbano, ambos coexistindo no mesmo espaço. Na cidade, tem predominado a produção de hortaliças e ervas medicinais, com a maior parte da produção destinada ao autoconsumo (SANTANDREU; LOVO, 2007; PARAGUASSÚ, 2013). Nesse cenário, destaca-se o fato de Salvador ser classificada como uma das cidades de maior desigualdade econômica e social, marcada por grandes bolsões de pobreza, que convivem com a vulnerabilidade social, econômica e alimentar (FIPE, 2015).

Mediante o exposto, este estudo se propõe a caracterizar as hortas urbanas comunitárias de Salvador - BA, quanto à organização social, ao trabalho, e à oferta e o acesso aos alimentos, em alinhamento ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

² As hortas urbanas compreendem modalidades de AU, com produção de alimentos, nos centros urbanos. Podem ser implantadas em áreas ociosas, áreas públicas (praças, jardins, parques), terraços, canteiros, quintais, espaços institucionais (creches, escolas, universidades, hospitais, centros religiosos, centros de ressocialização/custódia), entre outros. Podem estar organizadas como hortas domésticas, comunitárias/coletivas, cooperativas, particulares, comerciais, e hortas processadoras de alimentos (FAO, 1999). As hortas comunitárias são organizadas por horticultores que trabalham de forma conjunta, numa mesma área de plantio, sendo a produção utilizada para o autoconsumo, a doação e/ou a comercialização.

MATERIAL E MÉTODOS

Realizou-se estudo transversal, de natureza quantitativa, com trabalho de campo em cinco hortas comunitárias de bairros da área urbana de Salvador - BA, com participação de 13 horticultores, entre os responsáveis pelas hortas e horticultores envolvidos nas atividades. O estudo incluindo três etapas: *i.* levantamento de informações para localização das hortas junto a órgãos públicos, associações e informantes-chave; *ii.* identificação e seleção das hortas comunitárias, aqui denominadas por siglas - HU1, HU2, HU3, HU4 e HU5; *iii.* visitas *in loco* e coleta de dados, com aplicação de questionários semiestruturados e realização de registros fotográficos. O estudo foi conduzido entre maio de 2017 e janeiro de 2018.

Levantamento de informações para localização das hortas

Na tentativa de obter dados sobre as hortas comunitárias nos órgãos públicos, foram consultados aqueles que atuavam na área de Agricultura, por meio de *e-mail*, contato telefônico, consulta direta com responsáveis e busca em documentos institucionais *online*. Os seguintes órgãos foram consultados: a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) / Superintendência de Agricultura Familiar (SUAF), pelo governo do estado, e a Secretaria da Cidade Sustentável (SECIS), setor da Caravana da Mata Atlântica, e a Vigilância em Saúde Ambiental (VISAMB), pelo município.

Neste levantamento, buscou-se abordar questões referentes à / ao (s): localização das hortas na cidade, responsáveis, dimensionamento do espaço para produção, tipos de atividades/plantios, parcerias/financiamentos. Outras informações diretamente ligadas às hortas urbanas foram consideradas.

Considerando a existência de hortas não cadastradas nos órgãos públicos, fez-se também uma busca por meio de informantes-chave, como os vendedores de frutas e hortaliças das Feiras de São Joaquim³, do Largo 2 de Julho⁴ e da Feira Agroecológica da Universidade Federal da Bahia (UFBA)⁵. Os contatos ocorreram nos dias de atividade das feiras, por meio de conversas com os vendedores.

³ Feira de São Joaquim: importante espaço de 60 mil m², onde ocorre a comercialização de frutas, hortaliças, ervas, artesanato, artigos religiosos dentre outros, e presente na cidade desde a década de 60 (BAHIA, 2012).

⁴ Feira do Largo Dois de Julho: espaço no centro de Salvador, onde as barraquinhas de frutas e hortaliças dão um colorido especial às tradicionais ruas estreitas do Largo, que compartilha o espaço como movimento de trabalhadores, moradores e comerciantes (JANSEN et al., 2011).

Foram consultados ainda o Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA-Sessão Bahia), o qual desenvolve ações na área de Segurança e Soberania Alimentar, o Instituto de Permacultura da Bahia, pesquisadores da área de AUP, instituições religiosas, moradores dos bairros visitados, horticultores, dentre outros. Outrossim, dado o histórico da atuação de Organizações Não Governamentais (ONG) na atividade de hortas e agroecologia, foram levantadas informações junto a duas ONG que atuam em Salvador: Casa Mãria e Rede Moinho.

Como desdobramento de informações obtidas junto à VISAMB, foi possível também o contato com o Setor de Meio Ambiente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), que havia desenvolvido, previamente, uma iniciativa para organização social da Horta Comunitária - HORTIVASF. Nesse contato, procurou-se abordar as questões iniciais de localização das hortas na cidade e sobre os responsáveis, para posteriormente, obtenção das demais informações que pudessem complementar os dados, conforme descrito previamente.

Não foram incluídas, neste estudo, as hortas estabelecidas em instituições públicas (creches, escolas, abrigos, casas de apoio, hospitais, etc.) e organizações privadas.

Identificação e seleção das hortas comunitárias

Após o levantamento, realizaram-se visitas iniciais de identificação, procedendo-se contato com os horticultores responsáveis e seleção das hortas que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: horta urbana ativa, com produção de frutas e/ou hortaliças, em perímetro urbano, que aceitassem participar voluntariamente da pesquisa. Nesta etapa, além dos endereços cadastrados nos registros e/ou obtidos dos informantes-chave, utilizada a localização via *Global Positioning System (GPS)*, *Google Earth* e o *Google Maps*.

Posteriormente, foram agendadas visitas de campo com os horticultores para entrevistas, observação direta e registros fotográficos das atividades desenvolvidas, incluindo o cultivo, a organização para doação e/ou comercialização dos produtos e outras atividades do trabalho.

Visitas *in loco* e coleta de dados

⁵ Feira Agroecológica da UFBA: inaugurada em 2016, na Praça das Artes - UFBA, surgiu com o objetivo de apoiar os agricultores familiares e estimular a alimentação saudável. Comercializa produtos orgânicos como hortaliças e frutas, dentre outros (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2016).

Foram realizadas visitas *in loco*, com coleta de dados, incluindo três procedimentos: entrevistas com horticultores, registros fotográficos e registros em diário de campo. As entrevistas foram conduzidas por meio de questionários semiestruturados, envolvendo duas dimensões: a horta e os horticultores. Em cada horta, foi aplicado um questionário específico sobre a horta, no qual foi abordado o horticultor responsável, e questionários com questões gerais da atividade, com os horticultores mais antigos, quando encontrados. O preenchimento dos questionários se deu com base nas entrevistas e também por meio de observações *in loco*.

No questionário referente à horta (Apêndice A) foram consideradas questões relativas à /ao (s): história da atividade; legalização; área utilizada; características de cultivo; organização social; auxílio de programas governamentais; e características da comercialização e / ou doação. O questionário voltado para os horticultores (Apêndice B) compreendeu questões organizadas nos seguintes blocos: identificação socioeconômica; histórico de participação e trabalho na horta; acesso aos alimentos produzidos; e aspectos positivos e negativos na condução do trabalho.

Os registros fotográficos foram utilizados de modo a melhorar a compreensão e a descrição dos espaços das hortas, complementando a observação direta. O diário de campo permitiu o registro sistemático do trabalho e a complementação de percepções e informações não contempladas nos questionários, que eram trazidas pelos entrevistados.

Análise dos dados e registros

Os dados compuseram banco de dados no programa estatístico *R-Studio*, versão 3.0.1, sendo procedida análise descritiva, contemplando a localização das áreas de hortas, as hortas, os produtos existentes e as práticas de comércio e/ou doação. Os registros fotográficos e o diário de campo auxiliaram na análise conduzida.

Critérios éticos

Este estudo teve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição, da UFBA, Parecer nº 2.385.408/2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor organização das informações, os resultados foram organizados em três tópicos, observando o procedimento metodológico: levantamento de informações e localização das hortas; caracterização das hortas comunitárias em Salvador – BA (questionário com o horticultor responsável); caracterização socioeconômica e histórico de participação e trabalho dos horticultores (questionário para horticultores).

Levantamento de informações e localização das hortas

Nos contatos com a SDR/SUAF, observou-se haver cadastros relativos à Agricultura Familiar, contudo, não havia registros relativos à AU. No nível municipal, a SECIS mantinha os registros da Horta Comunitária Amigos do Itaipara (APITA) e da Horta Comunitária no Horto Florestal, ambas localizadas em áreas nobres, ao passo que nenhum registro foi identificado para hortas em áreas periféricas. Apenas no contato com VISAMB foram identificados registros públicos das hortas urbanas no município, vinculados ao Sistema de Informação de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Solo Contaminado (SISSOLO), do Ministério da Saúde, contando com 42 iniciativas (Figura 1), dentre as quais: 41 privadas e 01 comunitária.

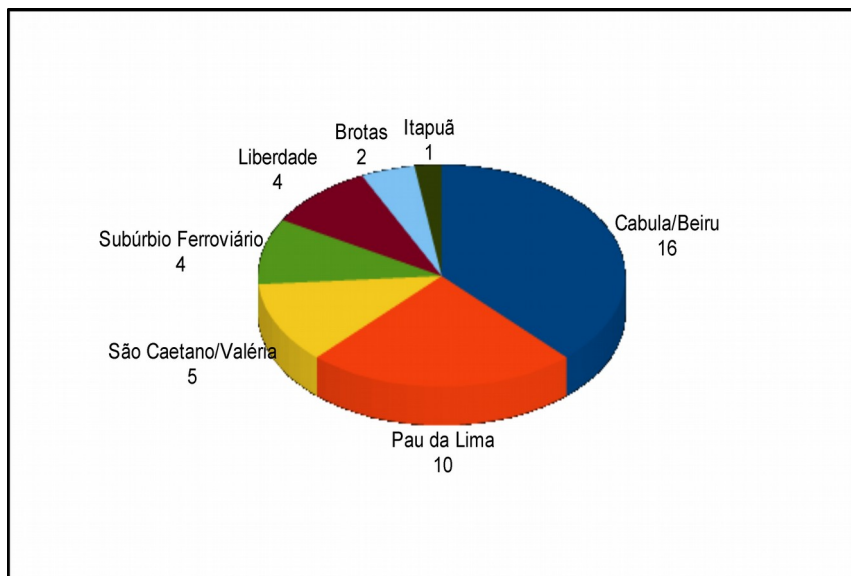


Figura 1. Localização das hortas urbanas ativas, por Distrito Sanitário, em Salvador - BA entre 2013 e 2015.

Fonte: VISAMB, Salvador, Bahia. 2018.

Nesse contexto, dada a ausência ou insuficiência de registros oficiais, em nível estadual e municipal, pontuam-se a inação pública e questionamentos no que tange às ações de normatização, organização, apoio técnico e financeiro que deveriam acontecer no segmento da AU na cidade, conforme descreve o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2007 e de 2016 (SALVADOR, 2008, 2016).

Outrossim, cabem críticas quanto à extinção de órgãos estaduais e descontinuidade de programas, como a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), que fomentava ações de apoio à AUP, na cidade, com cancelamento destas ações, ao serem instituídos outros órgãos (BAHIA, 2008, 2012; ASBRAER, 2014).

Do contato com os informantes-chave, na Feira de São Joaquim, registra-se que a maioria das frutas e hortaliças era proveniente de cidades do interior, como Alagoinhas (125 km), Cruz das Almas (156 km), Santo Antônio de Jesus (196 km), Amargosa (243 km), Nazaré (250 km), dentre outras. Segundo os feirantes, as atividades de AU tinham diminuído, e alguns deles disseram conhecer “uns poucos agricultores urbanos”.

No Largo Dois de Julho, por sua vez, o abastecimento era proveniente de compras na Central de Abastecimento de Salvador (CEASA). Em relação às iniciativas de AU, os relatos foram semelhantes aos da Feira de São Joaquim. Na Feira Agroecológica da UFBA, a maioria dos agricultores provinha da Região Metropolitana de Salvador e não tinham informações sobre AU em Salvador.

Das consultas ao CONSEA - Sessão Bahia e ao Instituto de Permacultura da Bahia, obteve-se informações apenas acerca da agricultura familiar e rural. Em relação às ONG, obteve-se a indicação de feiras agroecológicas que aconteciam na cidade como sendo uma possibilidade de contato com agricultores urbanos.

De modo distinto, da comunicação com a CHESF, houve o relato de uma iniciativa, em 2008, para organização social da comunidade e famílias que moravam no entorno da CHESF - Regional Salvador, por meio de cursos e treinamentos de manejo com a terra, que culminou na criação da Horta Comunitária HORTIVASF. Esta horta congregou um conjunto de famílias na área das linhas de tensão da CHESF, onde cada família possuía um lote para desenvolver a horta, de forma comunitária.

O plantio inicial foi principalmente de hortaliças, sendo os produtos utilizados para o autoconsumo e para o comércio. Com o término do período de capacitação, a falta de recursos

financeiros das famílias gerou desmotivação dos horticultores, sendo este um dos motivos para inúmeras hortas serem encerradas. Do total de iniciativas, quatro permaneceram ativas: uma com atividade individual e três hortas que ainda funcionam na modalidade comunitária, sendo duas incluídas nesse estudo.

Do conjunto de iniciativas para levantamento de informações e localização das hortas comunitárias, foi possível visitar 16 áreas de plantio (Figura 2), sendo que 75% (n=12) das hortas estavam ativas - destas, sete funcionavam na modalidade de horta comunitária e cinco privadas. Considerando a divisão histórica da cidade em dois planos de relevo⁶, verificou-se que, dentre as 12 hortas ativas, 75% se localizavam na Cidade Baixa, onde se situam os bairros considerados mais populares, afastados do centro da cidade e nas áreas periféricas. As demais hortas (25%) estavam na Cidade Alta, região onde predominam os bairros mais nobres e próximos ao centro.

Entre as sete hortas comunitárias ativas (58,33%), uma horta ainda não tinha realizado a primeira colheita e uma apresentou recusa na participação por não ter interesse em disponibilizar informações da atividade desenvolvida, não estando incluídas no estudo. Assim, participaram do estudo cinco hortas e 13 horticultores (o responsável pelas hortas e demais horticultores), aos quais foram aplicados os questionários específicos.

⁶Historicamente a cidade de Salvador apresenta-se dividida entre Cidade Baixa, a região comercial de importação e exportação, composta por bairros mais periféricos; Cidade Alta, área central, com a sede do poder político-administrativo, militar e religioso, onde se localiza a aristocracia soteropolitana (SAES, 2007; SIMÕES JUNIOR e CAMPOS, 2013).

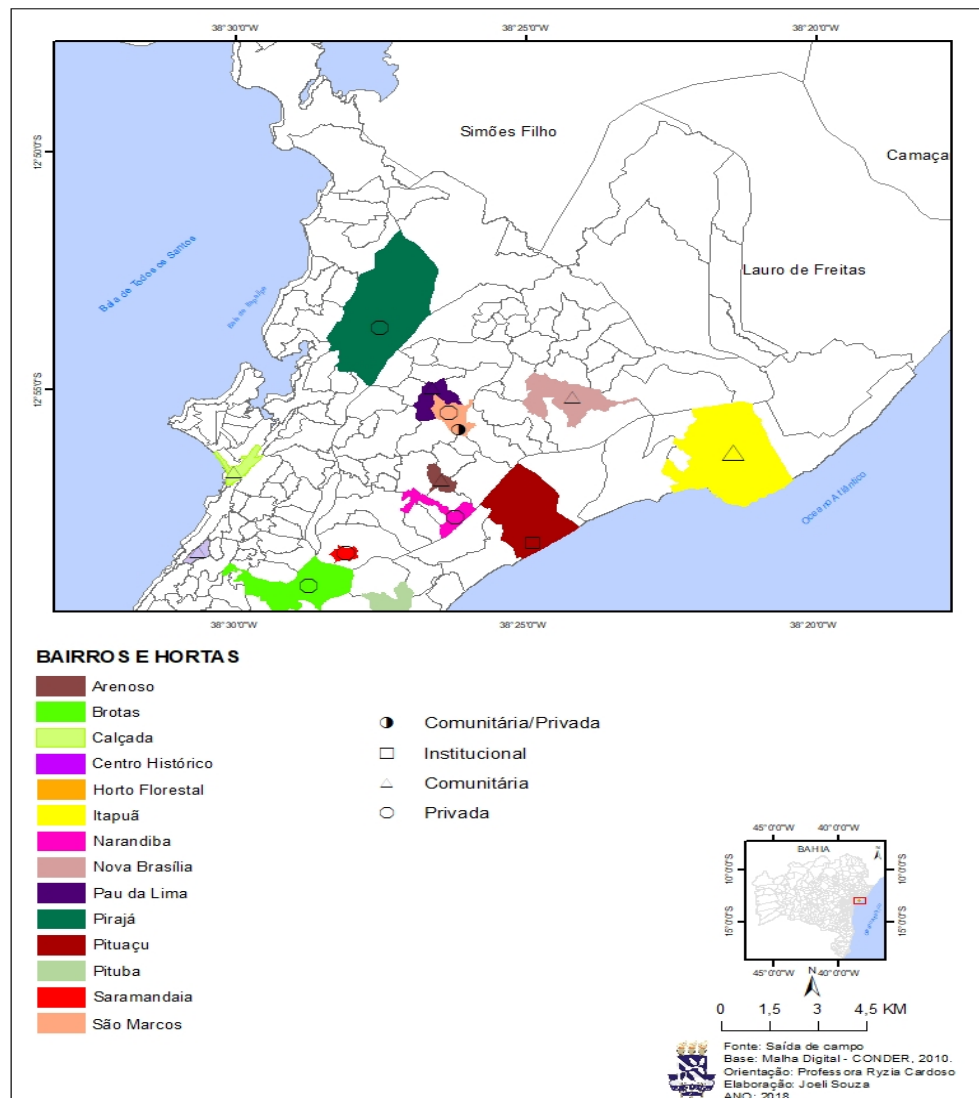


Figura 2. Áreas (bairros) visitadas com indicativo de hortas urbanas. Salvador, Bahia, 2017-2018.

Fonte: Malha Digital - CONDER, 2010.

Para as quatro hortas desativadas, os motivos de descontinuidade incluíram: a falta de recursos financeiros para manutenção e o uso da área de cultivo para ampliação de escola. No caso da horta localizada no Pelourinho, foi desativada e transferida para outra sede, na cidade de Santo Amaro (78 km), pois funcionavam em forma de rede.

Segundo os horticultores, a ausência de posse da terra foi considerada também como motivo para fechamento de hortas, bem como fator de risco para a permanência daquelas que

persistiam na atividade, dado o receio de perder o investimento em um plantio regular, mesmo pequeno, pela possibilidade de perda da terra, a qualquer momento.

Em estudo realizado por Ferreira (2013) em Recife e Vitória de Santo Antão - PE, das 11 hortas comunitárias existentes, apenas duas se mantiveram em funcionamento, até 2009. Como principais dificuldades constaram a baixa disponibilidade de recursos financeiros, pouco interesse de parte da população em desenvolver atividades agrícolas e dificuldades burocráticas nos âmbitos do poder público e das ONG que faziam a mediação entre os grupos de agricultores e o poder público (FERREIRA, 2013).

Caracterização das hortas comunitárias em Salvador

A Tabela 1 apresenta uma caracterização inicial das hortas comunitárias identificadas. No que diz respeito à história, nota-se que muitas iniciaram as suas atividades a partir da mobilização da comunidade (40%) e de instituições públicas (40%), sendo que grande parte ainda (60%) apresentava pouco tempo de plantio - de 1 a 5 anos, enquanto 40% tinham mais de 10 anos.

Quanto ao tempo recente de funcionamento das hortas, avalia-se que a ausência de regulamentação da atividade e a falta ou a insuficiência de apoio técnico e financeiro tenham relação direta com este quadro, dado que constituem fatores limitantes à manutenção e à sustentabilidade das hortas, conforme relatos obtidos em campo.

Apesar de recentes, em nenhuma das hortas foi referida a interrupção das atividades, conquanto a maior parte (80%) não funcionasse de forma legalizada, no âmbito da posse da terra. Essas áreas para cultivo, em grande parte, pertenciam a instituições públicas ou religiosas e eram cedidas para fins da atividade, observando-se também um caso de ocupação por invasão.

Tabela 1. Características das cinco hortas urbanas comunitárias. Salvador-BA, 2017-2018.

Características	(%)
Surgimento	
Iniciativa da Comunidade	40
Iniciativa religiosa	20
Iniciativa de órgão públicos	40
Tempo de existência	
1-5 anos	60
5-10 anos	0
10 anos ou mais	40
Interrupção da produção	
Sim	0
Não	100
Legalização da área	
Sim	20
Não	80
Área de cultivo	
Órgão público	60
Ocupação/Invasão	20
Outros (Instituição religiosa)	20
Como aconteceu/acontece o uso da área	
Empréstimo	80
Outros (Invasão)	20
Quantitativo de pessoas	
Até 3	40
11-15	40
Acima de 20	20
Organização social	
Sim	40
Não	60

A condição de não legalização da terra para plantio também foi reportada no estudo de Almeida (2014), com 19 unidades produtivas, em Várzea Grande - MT, no qual apenas 26% dos produtores entrevistados detinham a posse do terreno. Em contraponto, Oliveira Neto (2017) aborda que, no programa Hortas Comunitárias em Maringá - PR, todas as 37 hortas

possuíam autorização de funcionamento perante os órgãos municipais. Assim, considera-se os efeitos positivos que a legalização da terra e da atividade podem trazer para as hortas e os envolvidos.

O quantitativo de envolvidos nas hortas variou, predominando hortas com até três pessoas e com 11 a 15 pessoas, o que revela um número ainda limitado de participantes, nas primeiras. Quanto à organização social, embora todas as hortas tivessem natureza comunitária, em apenas dois casos (40%), verificou-se haver estrutura social organizada, sob a forma de Coletivo e Organização comunitária religiosa.

O estudo não identificou nenhuma Associação ou Cooperativa responsável pelas hortas ou por mobilizar a comunidade para as atividades, sendo que em 60% das hortas os próprios moradores realizavam a organização da área de plantio. Nas demais hortas (40%), as atividades eram direcionadas pelos responsáveis do Coletivo e pela organização religiosa, atribuindo funções aos horticultores envolvidos. Para alguns horticultores, havia dificuldades para uma maior participação comunitária - se esta existisse, poderia favorecer a organização e o fortalecimento de atividades nos bairros.

Conforme Sequeira (2014), a experiência da AU vem contribuindo para que as famílias envolvidas fortaleçam os laços de vida comunitária, condição indispensável para a emergência de estratégias coletivas, em face aos riscos de insegurança alimentar e nutricional. Outrossim, a presença de associações e cooperativas pode colaborar com a continuidade das iniciativas, se apresentarem uma gestão participativa, com decisões em conjunto e o intuito de fortalecer os vínculos comunitários.

Silva (2014), como exemplo, relata que as associações de moradores estavam entre as principais entidades colaboradoras do programa de hortas em Teresina - PI, sendo responsáveis por mobilizar as comunidades, visando promover as inscrições para seleção dos horticultores. Em adição, cabe considerar a importância da percepção da comunidade sobre as contribuições da AU, pois, se não há o esclarecimento devido, pode optar por não explorar áreas ociosas para atividades agrícolas, dificultando o estabelecimento e permanência dessas iniciativas (MICCOLI et al., 2016).

Conforme os horticultores, ainda, havia muitos desafios que comprometiam a continuação do plantio, colheita e destino dos produtos, com destaque para a ausência de financiamento e de pessoas (voluntários) para o trabalho nas hortas (Figura 3).

Vilela e Moraes (2015) apontaram como principais desafios das hortas comunitárias em Teresina, os problemas relativos à organização política de produtores e produtoras; inexistência de financiamento para a produção; deficiência na infraestrutura das hortas; insegurança patrimonial com constante depredação e furto no interior das hortas; inexistência de sistemas automatizados de irrigação; problemas relativos à capacitação técnica de produtores.

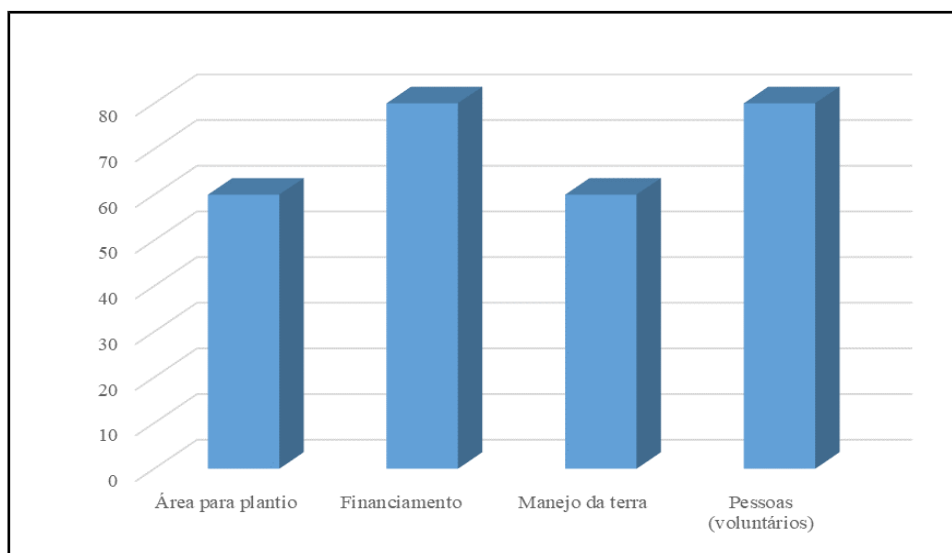


Figura 3. Principais desafios indicados na condução das atividades de hortas comunitárias. Salvador, Bahia, 2017-2018.

Nas observações *in loco*, não foi percebida a utilização de agrotóxicos, herbicidas, adubação química ou similares. As diferentes hortas mantinham plantas no entorno das leiras, protegendo a plantação contra pragas, bem como faziam o manejo da terra com adubação natural, proveniente da compostagem e produtos naturais para dispersar as ervas daninhas, formigas, lagartas e roedores por exemplo. Essas práticas, em geral provinham da experiência anterior com a terra, além de treinamentos técnicos prévios sobre práticas de agroecologia, evitando o uso de aditivos químicos no plantio. Como exemplo, a HU3 mantinha uma área específica para as atividades de compostagem, com utilização de lonas e etapas de preparo do adubo, além de secagem e trituração de cascas de hortaliças, de ovos, e uso de cinzas para proteção de pragas.

Nesse cenário, salienta-se que experiências agroecológicas bem-sucedidas estão acontecendo em todo o território brasileiro. Como referência, tem-se a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que tem apoiado a Feira Agroecológica e o Mutirão de Agroecologia. Este último, dentre as suas linhas de ação, oferece capacitação para criação e manejo de hortas comunitárias na cidade. Também o projeto Colhendo Sustentabilidade em Embu das Artes-SP com enfoque nas práticas comunitárias (RIBEIRO, 2013; BRITO; MELLO, 2016).

Um aspecto importante observado nas hortas de Salvador - BA foi a disponibilidade de água em todas (100%), sendo que 80% utilizavam da rede pública (Figura 4), mas também utilizavam água de poço (60%), que não tinha nenhum tratamento (Figura 4). Como complemento, 60% das hortas realizavam a captação da água da chuva para manter os reservatórios abastecidos.

Entretanto, a maioria dos responsáveis (80%) pelas hortas sinalizaram que o abastecimento de água era um fator limitante para o aumento da produção e para a permanência das atividades, o que piorava nos períodos de estiagem, pois com frequência ocorria a interrupção do abastecimento, bem como o custo para pagamento da água era elevado.

As hortas geralmente dispunham de reservatórios de fibra de vidro, instalados no chão ou em estrutura de alvenaria elevada, e realizavam a irrigação com mangueiras e/ou regadores. A água era empregada, sobretudo, na irrigação (100%) dos plantios e para a lavagem de mãos (60%). Apenas 20% das hortas utilizavam da água potável para consumo humano.



Figura 4. Registros de água, da rede pública em torneira (A), e de poço (B), usada para a irrigação dos plantios em hortas comunitárias urbanas de Salvador, Bahia, 2017-2018.

Em relação à presença de resíduos e animais nas áreas de plantio, foi observado que em apenas 20% delas circulavam animais, principalmente porque as áreas eram protegidas com

cercas de arame, muros ou alambrados. Também não foi constatada a presença de esgoto e de grande teor de resíduos nessas áreas. Os materiais encontrados, como pneus, baldes, cestos e garrafas plásticas, caixotes de madeira, dentre outros, faziam parte da organização das hortas, sem gerar acúmulo de vetores.

Em Salvador - BA, nenhum horticultor referiu dispor de assistência técnica pública atualmente para a condução das atividades - os mais experientes no manejo da terra ensinavam aos horticultores novos. Assim, a ausência dessa assistência constituiu uma limitação para o aprimoramento dos plantios, uma vez que existem produtos que requerem técnicas de plantio e de adubação específica, bem como o uso de estratégias agroecológicas para proteção contra vetores e ervas daninhas, em detrimento ao uso de agrotóxicos.

Lampkin (2001) enfatizou que a assistência técnica é fator fundamental para as atividades agrícolas que envolvem o cultivo orgânico, exigindo um assessoramento técnico continuado, visto que as frutas e hortaliças se tornam altamente susceptíveis aos insetos e fungos, os principais responsáveis pela baixa produtividade e pelas dificuldades financeiras enfrentadas por estes produtores.

A ausência da assistência técnica e de apoio de programas específicos também foi apontada por Marques (2016), ao estudar a AUP na região metropolitana de Belém - PA, onde constatou muitos entraves para incentivo às atividades, nas comunidades investigadas, sobretudo naquelas com histórico de violência e serviços públicos ineficazes.

Em pesquisa no estado do Rio de Janeiro, a maioria dos agricultores entrevistados alegou não haver auxílio de nenhuma instituição, chegando a 90% no Município de Volta Redonda, 77,7%, em Barra do Piraí, e 65,4% no município de Piraí. A maior queixa dos agricultores foi a falta de apoio técnico que ensinasse práticas agrícolas novas para a conservação do solo e para o controle de pragas (MARTINS, 2014).

Quanto ao cultivo, todas as hortas comunitárias dispunham de grande variedade de frutas, hortaliças folhosas e não-folhosas, como exposto na Tabela 2. Nenhuma das hortas beneficiava os produtos cultivados, de forma que alimentos *in natura* eram destinados à doação / (60%), à comercialização (40%) e / ou ao autoconsumo (80%). No caso de doação, o critério que mais prevaleceu foi a doação para os moradores da comunidade (40%), seguida de instituições filantrópicas (20%).

Tabela 2. Tipos de produtos mais cultivados nas hortas urbanas comunitárias investigadas. Salvador, Bahia, 2017-2018.

Cultivo	Tipos
Frutas	Acerola, goiaba, manga, laranja, banana da prata, mamão, maracujá, abacaxi, melancia, limão e coco.
Hortaliças folhosas	Alface, rúcula, coentro, cebolinha, salsa, hortelã, espinafre, alfavaca, chicória, almeirão, couve.
Hortaliças não-folhosas	Tomate, abóbora, quiabo, jiló, pepino, chuchu, berinjela, milho, pimentão, andu, pimenta, aipim, batata-doce, batata-inglesa, inhame, banana da terra.
Outros	Amendoim, feijão, Plantas alimentícias não convencionais (PANC*), ervas medicinais, plantas ornamentais.

*PANC (Plantas Alimentícias Não Convencionais) - plantas exóticas, nativas, silvestres, espontâneas ou cultivadas que possuem partes comestíveis, podendo ser raízes tuberosas, tubérculos, bulbos, rizomas, cormos, talos, folhas, brotos, flores, frutos e sementes (KINUPP, 2007).

Dada a variedade de cultivos (Figura 5), avalia-se que as hortas comunitárias contribuam para uma maior diversidade na oferta e no consumo de alimentos, visto que grande parte dos horticultores realizava o autoconsumo, além de permitir variedade na doação e / ou na comercialização. Este resultado mostra alinhamento aos objetivos propostos para os programas de hortas urbanas, visto que alguns deles assinalaram o uso da produção hortícola para consumo próprio, a promoção de hábitos de alimentação saudável e o fomento a práticas de consumo mais equilibradas (FREIRE; RAMOS, 2014).



Figura 5. Tipos de cultivos encontrados nas hortas comunitárias: frutas (A), hortaliças folhosas (B), hortaliças não-folhosas (C). Salvador, Bahia, 2017-2018.

Quanto ao destino da produção urbana, estudo de Zaar (2015) pontua que, em todos os casos, o autoconsumo era priorizado ante a comercialização. O excedente era direcionado à comercialização, sendo na venda direta ao consumidor, feiras de alimentos orgânicos, supermercados e fornecimento a intermediários.

No que se refere às características dos espaços de comercialização, das hortas comunitárias urbanas de Salvador - BA, em 40%, os produtos eram comercializados na própria horta, como ocorre no caso da HU4 e da HU5. No local de venda, foi construída uma bancada de alvenaria, revestida com cerâmica, e colocada uma lona de proteção, funcionando

como barraca, onde as horticultoras expunham os produtos e atendiam aos consumidores / clientes (Figura 6).



Figura 6. Área de barraca compartilhada nas hortas HU4 e HU5 para a comercialização dos produtos cultivados. Salvador, 2018.

Entretanto, o chão (40%) ainda era o local onde os produtos aguardavam até serem comercializados. Diferente da prática tradicional das feiras, onde a exposição dos produtos tende a atrair a clientela, nas referidas hortas, os produtos permaneciam nas árvores ou acondicionados abaixo do balcão devido aos episódios de furtos, visto que as horticultoras desenvolviam atividades outras além da permanência no balcão. A escolha do ponto de venda resultava, principalmente, da proximidade das hortas (40%), dispensando transporte dos produtos, e pela circulação de pessoas (20%).

Os produtos mais vendidos compreenderam os folhosos (40%) - como alface, alfavaca, coentro, rúcula, e couve, e raízes / tubérculos (40%) - como o aipim e o inhame, havendo ainda 40% de outros produtos, como ervas medicinais e plantas ornamentais. Por dia, atendia-se, em média, 20 consumidores / clientes na HU4 e HU5. Às vezes, os horticultores conseguiam vender todos os produtos colhidos no dia, contudo, quando não, permaneciam na horta para o dia seguinte.

Caracterização socioeconômica e histórico de trabalho dos horticultores

A Tabela 3 apresenta as características socioeconômicas dos horticultores envolvidos nas atividades de hortas.

Entre os entrevistados, verificou-se a presença de mulheres (50%) e homens (50%), em faixa etária economicamente ativa, incluindo casados (50%) e solteiros (50%), com escolaridade entre o analfabetismo (25%) e o ensino superior (37,5%), procedentes do interior do estado (50%) e da cidade (50%) e com experiência anterior na atividade (62,5%). Entre os entrevistados, 37,5% beneficiários de programas sociais, na modalidade de Bolsa Família.

Com referência ao êxodo rural, ao longo dos anos, cabe pontuar que a excessiva migração de pessoas para os grandes centros urbanos, tem caracterizado uma problemática. As cidades têm apresentado crescimento desordenado, com entraves socioeconômicos, redução dos espaços verdes, com conseqüente interferência na qualidade de vida e na segurança alimentar, pelo baixo acesso a alimentos (CAMPBELL et al, 2009; WANDERLEY, 2009; VINHOLI; MARTINS, 2012).

Nesse processo migratório, em 2007, pela primeira vez na história mundial, a população urbana excedeu a rural, estimando-se que, em 2050, um terço da população global (34%) será rural e o restante urbano. Segundo projeções, ainda, a da população estará rapidamente se concentrando em cidades com mais de 10 milhões de habitantes (ONU, 2014).

Com frequência, a população migratória concentra-se em áreas periféricas, resultando no crescimento de bolsões de pobreza, pela baixa escolaridade e dificuldade de inserção no trabalho formal. Deste modo, tendem a desenvolver atividades com o manejo da terra em áreas ociosas ou se inserem em segmentos de agricultura urbana já existentes, por terem sido agricultores ou auxiliares da família em atividades de plantio.

Tabela 3. Características socioeconômicas de horticultores (n=8) das hortas comunitárias urbanas. Salvador, Bahia, 2017-2018.

Características socioeconômicas	(%)
Sexo	
Feminino	50
Masculino	50
Idade (ano)	
Média (faixa)	44,8 (25-60)
Estado civil	
Solteiro	50
Casado	50
Escolaridade	
Analfabeto	25
Ensino fundamental	12,5
Ensino médio	25
Ensino superior	37,5
Chefe de família	
Sim	12,5
Não	87,5
Procedência	
Cidade	37,5
Zona rural	0
Interior do estado	50
Outro (estrangeiro)	12,5
Experiência anterior	
Sim	62,5
Não	37,5
Auxílio do governo - transferência de renda	
Sim	37,5
Não	62,5

No caso das hortas de Salvador, tem-se o exemplo das horticultoras da HU4 e HU5, que possuíam de 10 a 15 anos de experiência, relatando que aprenderam com seus familiares a manejar a terra e decidiram cultivar produtos para a comercialização como complemento da

renda, posto que não eram as chefes da família, e para o autoconsumo, reduzindo as despesas com compras. Na HU3, encontrou-se horticultor com 15 anos de experiência, também proveniente de seus familiares, desenvolvendo atividades na horta por afinidade com a terra.

Segundo a FAO (2015), no Brasil a produção atual de alimentos seria suficiente para toda sua população. Contudo, a insuficiência de renda, associada aos baixos índices de escolaridade são os principais determinantes da falta de acesso aos alimentos do grande contingente da população que vive em situação de fome e pobreza.

Nesse estudo, particularmente, foram identificados horticultores com escolaridade entre ensino médio (25%) e nível superior (37,5%) e com procedência da cidade (37,5%), conferindo um perfil distinto às HU. Esta vinculação, em geral, voltava-se ao trabalho voluntário, ao contato com a terra, à satisfação no plantio de produtos naturais, à possibilidade de doação e autoconsumo e à aplicação de práticas agroecológicas.

De acordo com os horticultores, o contato inicial com as hortas comunitárias ocorreu por meio de amigos (37,5%), órgão público (25%), indicação familiar (12,5%), instituição religiosa (12,5%), e outras fontes (12,5%), conquanto fosse fato a dificuldade de integração e envolvimento dos moradores com as atividades das hortas.

Para Cancela (2014), a construção destas redes de solidariedade implica no estabelecimento ou na recuperação de vínculos sociais entre produtores e consumidores, além das relações do mercado, ao longo de toda a cadeia de produção, troca, processamento, seleção e consumo de alimentos.

As atividades de hortas apresentaram-se como iniciativas em constante mudança, quer seja pela questão técnica e de financiamento, quer seja por recursos naturais como a água, impactando negativa ou positivamente no cultivo. Dos horticultores entrevistados, 62,5% apontaram mudanças percebidas desde a sua chegada nas hortas: expansão da área de plantio, aumento da produção, sendo estas mudanças positivas. Entretanto 100% dos horticultores afirmaram não ter havido mudança quanto à legalização (para as hortas não legalizadas) e apoio técnico.

No âmbito do trabalho, os horticultores dedicavam de uma a sete horas por dia para as atividades da horta, divididos em dias da semana. Quanto aos motivos para o trabalho nas hortas, 87,5% sentiam prazer por tratar-se de produtos naturais, 75% relataram ser uma forma de ocupação, e 37,5% declararam ter optado por desenvolver essas atividades.

Em relação aos vínculos de trabalho, 75% dos horticultores desenvolviam as atividades para a comunidade, sendo que 62,5% informaram nunca ter recebido orientação técnica para o manejo com a terra, e aqueles que tiveram (37,5%), tinham participado de cursos e palestras oferecidos por instituições públicas, anterior ao trabalho nas hortas.

Para Dourado (2015), em alguns casos, a prática da agricultura em cidades aparece fortemente como atividade de lazer, desvinculada da referência do trabalho. Entretanto, tal ideia não pode ser generalizada, na medida em que a AUP é, também, trabalho braçal, informal e não remunerado. Esta argumentação concorda com os achados no presente estudo, visto que, entre os horticultores que comercializavam os produtos, 25% referiram ter na atividade uma faixa de arrecadação diária de R\$10,00 a 20,00, um complemento da renda.

Considerando os aspectos positivos das hortas, os mais citados foram: a produção de alimentos naturais (100%), a diversidade de produtos cultivados (75%), participação da comunidade (50%), decisões em conjunto (50%), localização (37,5%) e oportunidade de trabalho (25%). Por sua vez, os aspectos negativos compreenderam a falta de investimentos (62,5%) e de treinamentos (50%) e irregularidades no abastecimento de água (50%). Conquanto as dificuldades, todos os horticultores se sentiam satisfeitos com o contato com a terra, com a produção de alimentos e com os vínculos estabelecidos.

Os aspectos negativos encontrados nesse estudo se assemelham àqueles reportados por Costa (2015), nos quais a necessidade de se ampliar recursos para as atividades de promoção da saúde e para a manutenção das hortas e de disponibilizar assistência técnica, foram aspectos destacados pelos entrevistados, como fundamentais para a continuidade do projeto. Conforme o autor, ainda, a falta de recursos públicos para a manutenção da atividade determinou a criação de diversas formas de mobilização, baseadas no trabalho voluntário de usuários e de funcionários, visando garantir a continuidade das atividades.

Nagib (2016) apresenta um manifesto dos hortelões urbanos de São Paulo - SP, no qual retrata a satisfação do trabalho com a terra, ao passo que também busca a valorização da prática de agricultura urbana:

“Plantamos alimentos na cidade, sobretudo porque amamos o contato com a terra e a conexão com os ciclos da natureza. Honramos o trabalho braçal e estamos preparados para ensinar e aprender o cultivo dos alimentos bons, limpos e justos. ”

...

“Buscamos a valorização do agricultor, tanto no campo como na cidade, como umas das profissões mais nobres e honráveis, digna de respeito e remuneração adequada. Queremos mostrar que a cidade integra o ecossistema e deve incorporar a natureza e seus fluxos, em suas decisões de planejamento e em suas áreas públicas.” (NAGIB, 2016).

Para acesso aos produtos, nas hortas que tinham produção para o autoconsumo, eram realizados mutirões de colheita e o acesso aos produtos era livre. Naquelas que comercializavam, os horticultores também acessavam os alimentos de preferência para a família. Naquelas que também realizavam doação, os produtos eram entregues diretamente nas instituições filantrópicas e para moradores da comunidade. Nestas, ainda, percebeu-se que os horticultores se sentiam animados por colaborarem com as instituições, fato que os motivava a continuar com o trabalho voluntário.

Deste modo, os achados mostram-se consonantes e destacam as contribuições da AU, para o alcance de maior segurança e soberania alimentar, pois parte dessa segurança pode ser obtida com a produção e o consumo de alimentos das hortas comunitárias, caracterizada como uma produção de subsistência ou de autoconsumo, como uma estratégia importante para minorar os graves problemas relacionados à fome que, ainda permanecem no planeta (MARQUES, 2016).

CONCLUSÕES

Este estudo se propôs a caracterizar as hortas urbanas comunitárias de Salvador - BA, quanto à organização social, ao trabalho, e à oferta e o acesso aos alimentos, em alinhamento ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional.

Observando a metodologia adotada, foi possível evidenciar a insuficiência e a ausência de registros sobre a Agricultura Urbana, nos órgãos públicos competentes, resultando na necessidade de busca ativa das áreas de plantio, com maior despendimento de tempo para localização e visita, o que pode ter limitado a amplitude do estudo. Concomitantemente, pontua-se a ausência de regulamentação na cidade, evidenciando que esse segmento carece de reconhecimento político.

Das hortas comunitárias identificadas, pode-se evidenciar um histórico de dificuldades de constituição e organização social, envolvendo parte de migrantes rurais, com baixa

qualificação para o trabalho e que se fixaram em áreas periféricas da cidade, em um processo frágil de mobilização. Dada a ausência de políticas para o segmento e a fraca organização social, verificou-se um esforço dos próprios envolvidos para estruturação e manutenção das hortas comunitárias.

Assim, foi fato comum verificar limitações ao funcionamento e à sustentabilidade das hortas, incluindo a ausência de legalização da terra, a dificuldade de apoio técnico e financeiro dos órgãos públicos e o pouco envolvimento dos moradores das comunidades no trabalho. Apesar deste quadro, os horticultores também mostraram resiliência para a manutenção e a transmissão das práticas agrícolas, quase que exclusivamente por motivação pessoal dos envolvidos.

Ao mesmo tempo, as hortas comunitárias de Salvador evidenciaram contribuições para o acesso e a oferta de alimentos saudáveis, como frutas e hortaliças de diversos tipos, destacadamente em bairros caracterizados pela pobreza. Nesse contexto envolveu não apenas a produção para o autoconsumo, mas também a comercialização e a doação, em uma dinâmica que envolvia práticas agroecológicas - sustentabilidade - e os vínculos formados na comunidade - a solidariedade.

Considerando as desigualdades sociais prevalentes, a possibilidade de insegurança alimentar em Salvador e a importância estratégica das atividades de Agricultura Urbana nos grandes centros urbanos, o estudo evidencia a necessidade de formulação política para o segmento, de modo que possa alcançar o apoio e a organização necessária ao seu fortalecimento e continuidade.

Ademais, são sugeridos novos estudos, que possam ampliar a caracterização e a contribuição da Agricultura Urbana na cidade, auxiliando para nortear decisões políticas voltadas à de valorização e ao fortalecimento dessas práticas, em um contexto de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. J. A. **Agricultura Urbana e Periurbana: Caracterização da Olericultura de Várzea Grande – MT em 2013**. 2014. 80 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional) - Faculdade de Economia, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2014. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/305683681_estudo_da_agricultura_urbana_e_periurbana_de_varzea_grande_mt_sob_a_perspectiva_da_analise_de_clusters>
- ALMEIDA, D. Agricultura Urbana e Segurança Alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável. **Agriculturas – Experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 25-28, 2004. Disponível em: <http://orgprints.org/17368/1/Almeida_RAgriculturas_2004.pdf>
- ASBRAER. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Governo da Bahia define pela extinção da EBDA**, 2014. Disponível em:<<http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/775-governo-da-bahia-define-pela-extincao-da-ebda>>
- BAHIA (estado). IRDEB-Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia. **Água de Meninos – A Grande Feira do Cinema Novo**, 2012. Disponível em<<https://www.irdeb.ba.gov.br/soteropolis/?p=7141>>
- _____. SEAGRI. Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. **EBDA incentiva comercialização de produção da agricultura urbana e periurbana em Salvador**. 2012. Disponível em:<<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2012/11/13/ebda-incentiva-comercializa%C3%A7%C3%A3o-de-produ%C3%A7%C3%A3o-da-agricultura-urbana-e-periurbana--0>>
- _____. **A agricultura urbana promove uma cidade mais produtiva**, 2008. Disponível em:<<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2008/01/02/agricultura-urbana-promove-uma-cidade-mais-produtiva>>
- BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2017**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132006>>
- BRITO, P. F.; MELLO, M. G. S. Horta agroecológica como caminho para encontros. **Cad. Saúde Pública**, 2016. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n11/1678-4464-csp-32-11-e00179816.pdf>>
- CAMPBELL, M. C. et al. Construindo cidades resilientes. **Revista de Agricultura Urbana**. nº. 22 – Julho de 2009. Disponível em: <https://www.ruaf.org/sites/default/files/rau22_completo.pdf>
- CANCELA. J. M. F. **A agricultura urbana na operacionalização da estrutura ecológica municipal. O estudo de caso do parque agrícola da Alta de Lisboa**. 2014. Tese (Doutorado

em Urbanismo) -Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em:<<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/7183>>

COSTA, C. G. A. Agricultura Urbana e Periurbana na Ótica da Promoção da Saúde. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-30042015-133241/pt-br.php>>

DOURADO, A. C. G. **A Agricultura Urbana do Distrito Federal: Contextos e Reflexões sobre as ruralidades em meio urbano**. 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2015. Disponível em:<<http://repositorio.unb.br/handle/10482/19649>>

FAO. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. Agendas convergentes, 2015. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, outubro de 2015. Disponível em:<repositorio.unb.br/bitstream/10482/21925/1/SOFI%20Brasil%202015.pdf>

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Plano Salvador 500**. Relatório de caracterização atual. 2015. Disponível em:< <http://www.cms.ba.gov.br/pddu/Caracterizacao%20Atual.pdf>>

FREDDI, S. M. **A Agricultura Urbana e o “Bem Viver” nos espaços urbanos: Um Estudo de Caso sobre as Hortas Comunitárias do município de Joinville/SC**. 2015. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Joinville-SC, 2015. Disponível em: <
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/135125/334501.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

FREIRE, M. RAMOS, I. Solo agrícola e agricultura em espaço urbano: dinâmicas. O exemplo de Évora. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n.º 6, p. 113-134, 2014. Disponível em:<<http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/2014.6.008/91>>

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600007&script=sci_arttext>

IDRC. International Development Research Centre. **Pobreza urbana y medio ambiente: Prospecto 2005-2010**. Program and Partnership Branco. Ottawa: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 2005. Disponível em: <<https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/46181/131697.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

IPES. INSTITUTO E PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS; Red Internacional de Centros de Recursos en Agricultura Urbana y Seguridad Alimentaria. **Convocatoria: proyectos piloto de agricultura urbana y peri-urbana en ciudades asociadas al Programa Ciudades Cultivando para el Futuro**. 2007. Disponível em:<www.red-mg.org/article_get.php?id=75>

_____. **PROMOCIÓN SOCIAL DEL DESARROLLO SOSTENIBLE. Conozca más sobre agricultura urbana y su contribución al desarrollo municipal sostenible.** 2005. Disponível em: <www.red-mg.org>.

JANSEN, C. et al. **Largo Dois de Julho.** 2011. Disponível em: <<https://doisdejulho.wordpress.com/>>

KINUPP, V. F. **Plantas Alimentícias Não-Convencionais da Região Metropolitana de Porto Alegre, RS.** Porto Alegre, 2007. 562 p. Tese (Doutorado em Fitotecnia) - Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12870>>

LAMPKIN, N. **Agricultura Ecológica.** Barcelona: **Mundi-Prensa**, 2001.

MADALENO, I. M. **A Cidade das Mangueiras: Agricultura Urbana em Belém do Pará.** Lisboa: **Fundação Calouste Gulbenkian**; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002. Disponível em: <<https://gulbenkian.pt/?s=MADALENO%2C+I.+M.+A+Cidade+das+Mangueiras%3A+Agricultura+Urbana+em+Bel%C3%A9m+do+Par%C3%A1> />

MARIN, K. M. C. **Agricultura Urbana: Sostenibilidad y medios de vida Experiencias en Ciudad Bolívar, Altos de Cazucá y Ciudadela Sucre.** Dissertação (Magister en Desarrollo Rural) - Facultad de Estudios Ambientales y Rurales, Pontificia Universidad Javeriana, 2009. Disponível em: <<https://repository.javeriana.edu.co/bitstream/handle/10554/665/eam28.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

MARQUES, Y. L. S. **A Agricultura Urbana na região metropolitana de Belém: caracterização e contribuição para a segurança alimentar.** 2016. 99f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Belém, 2016. Disponível em: <<http://www6.unama.br/mestrado/desenvolvimento/dissertacoes>>

MARTINS, F. A. **Agricultura Urbana nos Municípios de Pirai, Barra do Pirai e Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro.** 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Instituto de Floresta, Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Seropédica-RJ, 2014. Disponível em: <[http://r1.ufrj.br/wp/ppgcaf/wp-content/uploads/Projeto%20revisado%202%20\(2\).pdf](http://r1.ufrj.br/wp/ppgcaf/wp-content/uploads/Projeto%20revisado%202%20(2).pdf)>

MENDES, L. S. **Agricultura Urbana e Periurbana como fonte de renda através do autoconsumo.** 2016. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/173366/Monografia%20do%20Luan%20Souza%20Mendes.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

MICCOLI, S.; FINUCCI, F.; MURRO, R. Feeding the Cities Through Urban Agriculture The Community Esteem Value. **Agriculture and Agricultural Science Procedia** 8 (2016) 128 –

134. Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2210784316300171>>

MOK, H-F. et al. Strawberry fields forever? Urban agriculture in developed countries: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, 2014, 34(1), 21-43. Disponível em:<<https://link.springer.com/article/10.1007/s13593-013-0156-7>>

NAGIB, G. **Agricultura Urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Hortas das Corujas**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - 2016. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18082016-124530/en.php>>

OLIVEIRA NETO, P. **Agricultura Urbana e Segurança Alimentar: um estudo de caso no município de Maringá, estado do Paraná**. 2017. 86f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2017. Disponível em:<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/151608/oliveiraneto_p_me_tupa_int_sub.pdf?sequence=6&isAllowed=y>

PARAGUASSÚ, L. A. A. **A agricultura urbana como estratégia de sustentabilidade da cidade do Salvador, Bahia, Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Facultad de Geografía y Historia, Universidad de Salamanca, Salamanca, Espanha, 2013. Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=80964>>

RIBEIRO, S. M. **Agricultura urbana e agroecológica sob o olhar da promoção da saúde: a experiência do Projeto Colhendo Sustentabilidade- Embu das Artes- SP**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)- Faculdade de Saúde Pública- Universidade São Paulo, Brasil, 2013, 237 f. Disponível em:<http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/SilvanaRibeiro_tese_agroecologia_urbana_e_saude.pdf>

RODRIGUEZ, J. N. G. **Agricultura urbana en América Latina y Colombia: perspectivas y elementos agronómicos diferenciadores**. Monografía (graduação em Agronomia) - Escuela de Ciencias Agrícolas, Pecuarias y del Medio Ambiente, Universidad Nacional Abierta y a Distancia, 2014. Disponível em:<<http://repository.unad.edu.co:8080/bitstream/10596/2749/1/15385851.pdf>>

RYDIN, Y. et al. Shaping cities for health: complexity and the planning of urban environments in the 21st century. **Lancet**, v.379, n.9831, p.2079-2108, 2012. Disponível em:<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3428861/>>

SALVADOR (cidade). **LEI N° 9.069 /2016**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>>

_____. **LEI Nº 7.400/2008.** Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU 2007 e dá outras providências. Disponível em:<http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/lei_7400_2008.pdf>

_____. VISAMB. Vigilância em Saúde Ambiental. Levantamento das hortas urbanas por Distrito Sanitário. 2013-2015.

SANTANDREU, A. et al. Biodiversidade, Pobreza e Agricultura Urbana na América Latina. **Revista de Agricultura Urbana**, n. 6. 2005. Disponível em:<<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU06/AU6biodiversidade.html>>

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção. Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. **Intercâmbio de Tecnologias Alternativas**, 2007. Disponível em:<http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf>

SÃO PAULO (estado). **Lei nº. 11.727/04.** Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no município de São Paulo e define suas diretrizes. Disponível em:<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13012004L%20137270000>

SAES, A. M. Modernização e concentração do transporte urbano em Salvador (1849-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 219-238 – 2007. Disponível: <<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/24684/1/S0102-01882007000200012.pdf>>

SEQUEIRA, G. R. **Agricultura Urbana e Periurbana no Curuçambá em Ananindeua, Região Metropolitana de Belém: perspectivas e desafios.** 2014. 97 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2014. Disponível em:<http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6764/1/Dissertacao_AgriculturaUrbanaPeriurbana.pdf>

SILVA, E. R. A gestão da Agricultura Urbana. **RIC**, v 4, n 1, 2014. Disponível em:<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ric/article/view/10065/9171>>

SIMÕES JUNIOR, J. G.; CAMPOS, C. M. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), v. 5, n. 1, p. 47-69, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1931/193128451005/>>

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Feira Agroecológica da UFBA será inaugurada no dia 26/02.** 2016. Disponível em: <https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/feira-agroecol%C3%B3gica-da-ufba-ser%C3%A1-inaugurada-no-dia-2602>

VILELA, S. L. O.; MORAES, M. D. C. Agricultura Urbana e Periurbana: Limites e Possibilidades de constituição de um sistema agroalimentar localizado no município de Teresina- PI. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v 46, n.1, p97-114, jan-mar, 2015. Disponível em: <

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/127627/1/ArtigoSergioVilelaREN2015.pdf>>

VINHOLI, A. N.; MARTINS, P. Agricultura Urbana e Êxodo Rural. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1, jan/jun, 2012, p. 66-79. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/421/403>>

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida, reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/serie-estudos-rurais-pgdr/o-mundo-rural-como-um-espaco-de-vida>>

ZAAR, M. H. A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no marco da Soberania Alimentar. **Sociedade e Território** – Natal. Vol. 27, N. 3, p. 26 - 44. Jul./Dez. de 2015. Disponível em:< <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/7870>>

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências de Agricultura Urbana, com maior ênfase para as hortas urbanas, sejam comunitárias, institucionais ou privadas, tem sido encontrada em inúmeras partes do mundo. Essas experiências se apresentam como alternativa para o acesso e oferta de alimentos mais saudáveis produzidos localmente, com estabelecimento de vínculos comunitários e sociais entre os envolvidos.

O plantio tem sido direcionado ao autoconsumo, doação, bem como o incentivo à organização social dos empreendimentos voltados para a comercialização, gerando trabalho e renda para os horticultores. Ademais, pautados na agroecologia, com responsabilidade no uso do solo, da água, no intuito de aproveitamento de áreas ociosas nos centros urbanos.

Este estudo se propôs a caracterizar as hortas urbanas comunitárias de Salvador - BA, quanto à organização social, ao trabalho, e à oferta e o acesso aos alimentos, em alinhamento ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional.

Considerando a metodologia adotada, foi possível evidenciar a insuficiência e a ausência de registros sobre a Agricultura Urbana nos órgãos públicos competentes, resultando na necessidade de busca ativa das áreas de plantio, com maior despendimento de tempo para localização e visita, o que pode ter limitado a amplitude do estudo. Concomitantemente, pontua-se a insuficiência de normativa na cidade, evidenciando que esse segmento carece de reconhecimento político efetivo.

Das hortas comunitárias identificadas, pode-se evidenciar um histórico de dificuldades de constituição e organização social, envolvendo migrantes rurais, com baixa qualificação para o trabalho e que se fixaram em áreas periféricas da cidade, em um processo de mobilização frágil. Dada a ausência de políticas para o segmento e a fraca organização social, verificou-se um esforço dos próprios envolvidos para estruturação e manutenção das hortas comunitárias.

Assim, foi fato comum verificar limitações ao funcionamento e à sustentabilidade das hortas, incluindo a ausência de legalização da terra, a dificuldade de apoio técnico e financeiro dos órgãos públicos e o pouco envolvimento dos moradores das comunidades no trabalho. Apesar deste quadro, os horticultores também mostraram resiliência e a manutenção e a transmissão das práticas agrícolas.

Ao mesmo tempo, as hortas comunitárias de Salvador evidenciaram contribuições para o acesso e a oferta de alimentos saudáveis, como frutas e hortaliças de diversos tipos, destacadamente em bairros caracterizados pela pobreza. Nesse contexto, envolveu não apenas a produção para o autoconsumo, mas também a comercialização e a doação, em uma dinâmica que envolvia práticas agroecológicas - sustentabilidade - e os vínculos formados na comunidade - a solidariedade.

Ponderando as desigualdades sociais prevalentes, os aspectos de insegurança alimentar em Salvador e a importância estratégica das atividades de Agricultura Urbana nos grandes centros urbanos, o estudo evidencia a necessidade de execução de política para o segmento, de modo que possa alcançar o apoio e a organização necessária ao seu fortalecimento e continuidade.

Ademais, são sugeridos novos estudos, que possam ampliar a caracterização e a contribuição da Agricultura Urbana na cidade, auxiliando para nortear decisões políticas voltadas à de valorização e ao fortalecimento dessas práticas, em um contexto de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

7 APÊNDICES

7.1 APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO PARA O RESPONSÁVEL DAS HORTAS

**PROJETO – HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS EM SALVADOR-BA:
ORGANIZAÇÃO, TRABALHO E ALIMENTOS**
ENTREVISTA COM O RESPONSÁVEL PELA HORTA URBANA COMUNITÁRIA

História da Horta
1- Nome da Horta:
2- Ano de criação:
3- Localização:
4- Responsável/is:
5- Como surgiu a horta urbana comunitária? <input type="checkbox"/> Iniciativa da comunidade <input type="checkbox"/> Iniciativa religiosa <input type="checkbox"/> Iniciativa de ONG <input type="checkbox"/> Iniciativa de órgão público <input type="checkbox"/> Outros _____
6- Quais foram os principais desafios para a implantação? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não -Área para o plantio <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não- Pessoas para desenvolver as atividades <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não- Financiamento <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não- Treinamento <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não -Manejo da terra <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não -Comunidade <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não -Localização <input type="checkbox"/> Outros _____
7- Em algum momento houve interrupção da produção? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Qual/ quais motivos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não- Legalização <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não -Área <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não -Financiamento <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não- Invasão <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não -Desastres naturais <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não- Ausência de pessoas <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não -Dificuldade de comercializar a produção <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não- Deficiência técnica <input type="checkbox"/> Outros _____
8- Legalização? Terreno <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Organização social <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Qual tipo de documentação possui?
9- A área cultivada pertence a quem? <input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Órgão privado <input type="checkbox"/> Comunidade <input type="checkbox"/> Associação <input type="checkbox"/> Cooperativa <input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> Instituições públicas <input type="checkbox"/> Ocupação/Invasão <input type="checkbox"/> Outros _____ Como aconteceu? <input type="checkbox"/> Compra <input type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Empréstimo <input type="checkbox"/> Outro _____
Características do Cultivo
10- O que é/são cultivado/s na horta?

<input type="checkbox"/> Frutas <input type="checkbox"/> Hortaliças <input type="checkbox"/> Outros _____ Quais tipos? <input type="checkbox"/> Acerola <input type="checkbox"/> Mamão <input type="checkbox"/> Aipim <input type="checkbox"/> Abóbora <input type="checkbox"/> Batata inglesa <input type="checkbox"/> Coco <input type="checkbox"/> Goiaba <input type="checkbox"/> Quiabo <input type="checkbox"/> Banana da terra <input type="checkbox"/> Rúcula <input type="checkbox"/> Beterraba <input type="checkbox"/> Manga <input type="checkbox"/> Maracujá <input type="checkbox"/> Alface <input type="checkbox"/> Coentro <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Chuchu <input type="checkbox"/> Tangerina <input type="checkbox"/> Melancia <input type="checkbox"/> Cenoura <input type="checkbox"/> Cebolinha <input type="checkbox"/> Limão <input type="checkbox"/> Laranja <input type="checkbox"/> Abacaxi <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Cebola <input type="checkbox"/> Hortelã <input type="checkbox"/> Pimenta <input type="checkbox"/> Tomate <input type="checkbox"/> Agrião <input type="checkbox"/> Pimentão <input type="checkbox"/> Feijão <input type="checkbox"/> Banana da prata <input type="checkbox"/> Pepino <input type="checkbox"/> Batata doce <input type="checkbox"/> Salsa <input type="checkbox"/> Outros
11- Dispõe de água na horta? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim: De onde vem a água? Casa <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Poço <input type="checkbox"/> Rede pública <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> _____ Para que utiliza a água? <input type="checkbox"/> Irrigação <input type="checkbox"/> Beber <input type="checkbox"/> Lavar as mãos <input type="checkbox"/> Outro _____
12- Presença de: <input type="checkbox"/> Esgoto <input type="checkbox"/> Resíduos <input type="checkbox"/> Animais <input type="checkbox"/> Outros
13- Existe algum tipo de processamento dos alimentos <i>in natura</i> produzidos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Qual/quais? <input type="checkbox"/> Embalagem <input type="checkbox"/> Transformação em doces, geleias, compotas <input type="checkbox"/> Outros
14- Qual/quais destino/s da produção? <input type="checkbox"/> Comercialização <input type="checkbox"/> Doação/distribuição <input type="checkbox"/> Abastecimento próprio <input type="checkbox"/> Outros _____
15- No caso de distribuição, qual/quais os critérios para a distribuição/doação dos produtos? <input type="checkbox"/> Moradores da comunidade <input type="checkbox"/> Instituições filantrópicas <input type="checkbox"/> Horticultoras/es <input type="checkbox"/> Outros _____
16- Como acontece o transporte dos produtos para a comercialização/distribuição? <input type="checkbox"/> Carro de mão <input type="checkbox"/> Carro <input type="checkbox"/> Animal <input type="checkbox"/> Pessoas <input type="checkbox"/> Outros
17- No caso de comercialização, como acontece a divisão dos rendimentos com a comercialização? <input type="checkbox"/> % igual para todas/os as/os envolvidas/os <input type="checkbox"/> salário para as/os horticultores <input type="checkbox"/> Outros _____
Organização social
18- Como é organizada a horta atualmente? <input type="checkbox"/> Comunidade <input type="checkbox"/> Associação <input type="checkbox"/> Cooperativa <input type="checkbox"/> Órgão público <input type="checkbox"/> ONG
19- Como acontece a participação das/os horticultoras/es? <input type="checkbox"/> Voluntariado <input type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> Escala de atividades <input type="checkbox"/> Mutirão <input type="checkbox"/> Assalariados <input type="checkbox"/> Outros _____
20- Quantas pessoas desenvolvem as atividades atualmente? <input type="checkbox"/> 1-4 pessoas <input type="checkbox"/> 5-10 pessoas <input type="checkbox"/> 11-15 pessoas <input type="checkbox"/> 16-20 pessoas <input type="checkbox"/> 21-mais pessoas

Auxílio de programas de apoio
21- A horta recebe alguma assistência técnica? () Sim () Não De quem? () Prefeitura () Estado da Bahia () Governo Federal () ONG () Iniciativa privada () Universidade () Associação () Outros
Características do espaço de comercialização e/ou distribuição
22- Qual/quais bairros/espacos/territórios de comercialização? () Própria Horta () Comunidade () Bairros vizinhos () Feiras Livres () Mercadinho () Rede de supermercados () Instituições públicas () Restaurantes () Outros
23- Qual a estrutura da área de comercialização? () Tabuleiro () Carrinho () Carro () Barraca () Entrega ao fornecedor () Outros
24- Onde ficam os produtos para a comercialização? () Cestos () Sacolas () Chão () Caixotes () Caixas plásticas () Outros
25- Como o local foi escolhido para comercializar frutas/hortaliças <i>in natura</i> ? () Circulação de pessoas () Opção () Próximo da residência () Próximo da horta () Espaço familiar () Tradição do espaço () Indicação () outro _____
26- Faixa de arrecadação da comercialização diária/semanal/mensal: R\$ _____
27- Qual/quais os produtos mais comercializados? () Frutas () Hortaliças () Outros Quais tipos? () Acerola () Mamão () Aipim () Abóbora () Batata inglesa () Coco () Goiaba () Quiabo () Banana da terra () Rúcula () Beterraba () Manga () Maracujá () Alface () Coentro () Chuchu () Tangerina () Melancia () Cenoura () Cebolinha () Limão () Laranja () Abacaxi () Cebola () Hortelã () Pimenta () Tomate () Agrião () Pimentão () Feijão () Banana da prata () Pepino () Batata doce () Salsa () Outros
28- Qual o número médio de consumidoras/es que atende por dia? _____
29- Comercializa todos os produtos no dia? () Sim () Não () Às vezes Se não vende, o que faz com o produto que sobrou: () Leva para casa () Doação () Volta para a horta () Depósito () Outros () NSA
30- Qual/quais tipo/s de embalagem/ns é/são utilizados para os produtos? () Sacola plástica () Outros
31- Outras colocações/observações:

7. 2 APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO PARA AS/HORTICULTORAS/ES

**PROJETO - HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS EM SALVADOR-BA:
ORGANIZAÇÃO, TRABALHO E ALIMENTOS
ENTREVISTA COM AS/OS HORTICULTORAS/ES**

Identificação socioeconômica	
1- Nome Completo:	2- Idade:
3- Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outro	
4- Estado civil: <input type="checkbox"/> Solteiro/a <input type="checkbox"/> Casado/a <input type="checkbox"/> Divorciado/a <input type="checkbox"/> Separado/a <input type="checkbox"/> Viúvo/a <input type="checkbox"/> União Estável <input type="checkbox"/> Outro	
5- Responsável pelo domicílio/Chefe de família? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim, qual o nº de dependentes? _____ pessoas	
6- Bairro de residência: Procedência anterior: <input type="checkbox"/> Cidade <input type="checkbox"/> Zona Rural <input type="checkbox"/> Região metropolitana <input type="checkbox"/> Interior <input type="checkbox"/> Outro Experiência anterior com agricultura? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim, quanto tempo? _____ anos	
7-Formação escolar: <input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior completo <input type="checkbox"/> Outro	
8- Tem ou teve outra profissão? <input type="checkbox"/> Tem <input type="checkbox"/> Teve <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NSA Se tem ou teve, qual? _____	
9- Sua Família recebe algum auxílio do governo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NSA Se sim, Qual? <input type="checkbox"/> Bolsa Família <input type="checkbox"/> PRONAF <input type="checkbox"/> Outro	
Histórico de participação e trabalho	
10- Há quanto tempo participa das atividades da horta? _____ anos	
11- Como soube da atividade da horta? <input type="checkbox"/> Vizinho <input type="checkbox"/> Familiares <input type="checkbox"/> Amigos <input type="checkbox"/> Associação <input type="checkbox"/> Entidade religiosa <input type="checkbox"/> Órgão público <input type="checkbox"/> Outro	
12- O que mudou na horta desde a sua chegada? Área: <input type="checkbox"/> Expansão <input type="checkbox"/> Redução Apoio técnico: <input type="checkbox"/> para plantio <input type="checkbox"/> para organização social <input type="checkbox"/> para comercialização Regulamentação: <input type="checkbox"/> da horta <input type="checkbox"/> da área Produção: <input type="checkbox"/> Aumentou <input type="checkbox"/> Diminuiu <input type="checkbox"/> Igual <input type="checkbox"/> Outro	
13- Qual/quais os aspectos positivos da horta?	

<input type="checkbox"/> Participação da comunidade <input type="checkbox"/> Localização <input type="checkbox"/> Investimento <input type="checkbox"/> Decisões em conjunto <input type="checkbox"/> Produtos cultivados <input type="checkbox"/> Presença de água <input type="checkbox"/> Oportunidade de trabalho <input type="checkbox"/> Produção de alimento <input type="checkbox"/> Outros
14- Qual/quais as dificuldades/ desafios da horta? <input type="checkbox"/> Ausência da comunidade <input type="checkbox"/> Localização <input type="checkbox"/> Falta de financiamento <input type="checkbox"/> Centralização das decisões <input type="checkbox"/> Ausência de água <input type="checkbox"/> Burocracia legal <input type="checkbox"/> Falta de treinamento técnico <input type="checkbox"/> Outros
15- O que ocorre com a produção da horta? <input type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Comercialização em feiras <input type="checkbox"/> Comercialização para supermercados <input type="checkbox"/> Comercialização no bairro/comunidade <input type="checkbox"/> Autoconsumo
16- Tempo diário de atividade na horta: _____ Início: Fim:
17- Frequência de dias desenvolvendo as atividades por semana: <input type="checkbox"/> Todos os dias <input type="checkbox"/> Durante a semana <input type="checkbox"/> Fim de Semana
18- Por que você resolveu fazer atividade de hortas? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não- Fonte principal de renda <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não- Independência <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não -Outro familiar fazia <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não -Ocupação <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não -Opção/oport. Trabalho <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não - Produtos naturais <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não -Comp. Renda família <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não- Indicação <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não -O que aprendeu a fazer <input type="checkbox"/> Outro _____
19- Para quem você trabalha? <input type="checkbox"/> Si próprio <input type="checkbox"/> Comunidade <input type="checkbox"/> Outros Quem? _____
20- Já recebeu alguma orientação para desenvolver atividades sobre cultivo de alimentos <i>in natura</i> ? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Qual/quais? <input type="checkbox"/> Curso <input type="checkbox"/> Palestras <input type="checkbox"/> Outros
21- Como você se sente realizando esta atividade? <input type="checkbox"/> Satisfeito <input type="checkbox"/> Insatisfeito <input type="checkbox"/> Indiferente Outro <input type="checkbox"/> _____
Acesso aos produtos da horta
21- Como acontece a divisão dos rendimentos com a comercialização? <input type="checkbox"/> % igual para todas/os as/os envolvidas/os <input type="checkbox"/> salário para as/os horticultores <input type="checkbox"/> Outros _____
22- Faixa de arrecadação da comercialização diária/semanal/mensal: R\$ _____
23- Qual/quais os produtos da horta você utiliza/consome? <input type="checkbox"/> Frutas <input type="checkbox"/> Hortaliças <input type="checkbox"/> Outros Quais tipos? <input type="checkbox"/> Acerola <input type="checkbox"/> Mamão <input type="checkbox"/> Aipim <input type="checkbox"/> Abóbora <input type="checkbox"/> Batata inglesa <input type="checkbox"/> Coco <input type="checkbox"/> Goiaba <input type="checkbox"/> Quiabo <input type="checkbox"/> Banana da terra <input type="checkbox"/> Rúcula <input type="checkbox"/> Beterraba <input type="checkbox"/> Manga <input type="checkbox"/> Maracujá <input type="checkbox"/> Alface <input type="checkbox"/> Coentro <input type="checkbox"/> Chuchu <input type="checkbox"/> Tangerina <input type="checkbox"/> Melancia <input type="checkbox"/> Cenoura <input type="checkbox"/> Cebolinha <input type="checkbox"/> Limão <input type="checkbox"/> Laranja <input type="checkbox"/> Abacaxi <input type="checkbox"/> Cebola <input type="checkbox"/> Hortelã <input type="checkbox"/> Pimenta <input type="checkbox"/> Tomate <input type="checkbox"/> Agrião <input type="checkbox"/> Pimentão <input type="checkbox"/> Feijão <input type="checkbox"/> Banana da prata <input type="checkbox"/> Pepino <input type="checkbox"/> Batata doce <input type="checkbox"/> Salsa <input type="checkbox"/> Outros
24- Outras colocações/observações:

7.3 APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O RESPONSÁVEL PELA HORTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO - ENUFBA
Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde
Avenida Araújo Pinho, 32 Canela – Salvador, Bahia, Brasil - CEP 40110-150
Tel. (55) 71 3283 7719 / 3283 7700 E-mail: pgnut@ufba.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – RESPONSÁVEL PELA HORTA

**Documento em duas vias, uma para ser entregue ao participante da pesquisa e outra
à pesquisadora**

A Universidade Federal da Bahia, cumprindo seus objetivos institucionais, está desenvolvendo o projeto de pesquisa **“Hortas Urbanas Comunitárias em Salvador - Ba: organização, trabalho e alimentos”**, com objetivo de Avaliar as hortas urbanas comunitárias na cidade de Salvador - BA, no que tange à organização social, à oferta e ao acesso a alimentos, sob a ótica de horticultores, consumidores e órgãos públicos, serão realizadas visitas às hortas urbanas, entrevistas junto aos horticultores, consumidores e órgãos públicos, com uso de questionários e registros fotográficos da área de plantio, produtos e área de comercialização/doação.

Considerando a sua condição de horticultor/a responsável por uma iniciativa de Horta Urbana Comunitária na cidade de Salvador - BA, solicitamos a contribuição, pela concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aqui apresentado, para fins de registros fotográficos da horta e participação em uma entrevista, que aborda questões nas seguintes dimensões: à história da atividade, à legalização, área utilizada, características de cultivo, organização social e auxílio de programas de apoio.

Embora não haja riscos físicos, na entrevista, pode ocorrer algum desconforto, pelo tempo exigido para responder ao questionário. Assim, informamos que o questionário elaborado foi pré - testado, apresenta questões simples, objetivas e de fácil entendimento, e que a entrevista só será feita sob o seu consentimento, de acordo com a sua conveniência e de modo cuidadoso e reservado. Contudo, se houver alguma questão que não queira responder, fique à vontade e fale ao entrevistador.

Informamos que o seu nome e as informações obtidas serão mantidos em sigilo e você pode, a qualquer momento, retirar o seu consentimento de participação da pesquisa, não havendo nenhum prejuízo pessoal. Caso tenha qualquer dúvida, solicite esclarecimentos a/o entrevistadora/o ou à Coordenação do projeto – Profa. Ryzia de Cássia Vieira Cardoso, Escola de Nutrição, R. Araújo Pinho, 32 – Canela, Salvador - Telefone: (71) 3283-7700/ e-mail: ryzia@ufba.br.

Este projeto encontra-se registrado no Comitê de Ética da Escola de Nutrição (CEPNUT), onde o Sr. (a) também pode solicitar esclarecimentos ou fazer reclamações. O CEPNUT funciona no endereço previamente informado e seu telefone é 3283-7704, com e-mail cepnut@ufba.br. Na certeza de podermos contar com esta importante colaboração, agradecemos.

Eu, _____, RG _____, declaro ter sido informado (a) e estar devidamente esclarecido (a) sobre os objetivos e intenções deste estudo **“Hortas Urbanas Comunitárias em Salvador - Ba: organização, trabalho e alimentos”**, que inclui uma entrevista e registros fotográficos da área de plantio da horta, dos produtos e da área de comercialização/doação a que estarei sendo submetido (a). Recebi garantia total de sigilo e de obter esclarecimentos sempre que o desejar. Sei que minha participação está isenta de despesas.

Concordo participar voluntariamente deste estudo e sei que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem prejuízo ou perda de qualquer natureza.

Assinatura: _____

Salvador, _____ de _____ de 201__

PESQUISADORA RESPONSÁVEL

Eu, Ryzia de Cássia Vieira Cardoso, responsável pelo projeto, ou o meu representante declaramos que obtivemos, espontaneamente, o consentimento deste participante para realizar este estudo.

Assinatura _____ / ____ / _____

7.4 APÊNDICE D- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O HORTICULTOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ESCOLA DE NUTRIÇÃO - ENUFBA

Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde

Avenida Araújo Pinho, 32 Canela – Salvador, Bahia, Brasil - CEP 40110-150

Tel. (55) 71 3283 7719 / 3283 7700 E-mail: pgnut@ufba.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – HORTICULTORES

**Documento em duas vias, uma para ser entregue ao participante da pesquisa e outra
à pesquisadora**

A Universidade Federal da Bahia, cumprindo seus objetivos institucionais, está desenvolvendo o projeto de pesquisa “**Hortas Urbanas Comunitárias em Salvador - Ba: organização, trabalho e alimentos**”, com objetivo de Avaliar as hortas urbanas comunitárias na cidade de Salvador - BA, no que tange à organização social, à oferta e ao acesso a alimentos, sob a ótica de horticultores, consumidores e órgãos públicos, serão realizadas visitas às hortas urbanas, entrevistas junto aos horticultores, consumidores e órgãos públicos, com uso de questionários.

Considerando a sua condição de horticultor/a em Horta Urbana Comunitária na cidade de Salvador - BA, solicitamos a contribuição, pela concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aqui apresentado e participação em uma entrevista, que aborda questões nas seguintes dimensões: identificação socioeconômica, histórico de participação e trabalho na horta, acesso aos alimentos produzidos, avaliação de aspectos positivos e negativos na condução do trabalho.

Embora não haja riscos físicos, na entrevista, pode ocorrer algum desconforto, pelo tempo exigido para responder ao questionário. Assim, informamos que o questionário elaborado foi pré - testado, apresenta questões simples, objetivas e de fácil entendimento, e que a entrevista só será feita sob o seu consentimento, de acordo com a sua conveniência e de modo cuidadoso e reservado. Contudo, se houver alguma questão que não queira responder, fique à vontade e fale ao entrevistador.

Informamos que o seu nome e as informações obtidas serão mantidos em sigilo e você pode, a qualquer momento, retirar o seu consentimento de participação da pesquisa, não havendo nenhum prejuízo pessoal. Caso tenha qualquer dúvida, solicite esclarecimentos a/o entrevistadora/o ou à Coordenação do projeto – Profa. Dra. Ryzia de Cássia Vieira Cardoso, Escola de Nutrição, R. Araújo Pinho, 32 – Canela, Salvador - Telefone: (71) 3283-7700/ e-mail: ryzia@ufba.br.

Este projeto encontra-se registrado no Comitê de Ética da Escola de Nutrição (CEPNUT), onde o Sr. (a) também pode solicitar esclarecimentos ou fazer reclamações. O CEPNUT funciona no endereço previamente informado e seu telefone é 3283-7704, com e-mail cepnut@ufba.br. Na certeza de podermos contar com esta importante colaboração, agradecemos.

Eu, _____, RG _____, declaro ter sido informado (a) e estar devidamente esclarecido (a) sobre os objetivos e intenções deste estudo **“Hortas Urbanas Comunitárias em Salvador - Ba: organização, trabalho e alimentos”**, que inclui uma entrevista a que estarei sendo submetido (a). Recebi garantia total de sigilo e de obter esclarecimentos sempre que o desejar. Sei que minha participação está isenta de despesas

Concordo participar voluntariamente deste estudo e sei que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem prejuízo ou perda de qualquer natureza.

Assinatura: _____

Salvador, ____ de _____ de 201__

PESQUISADORA RESPONSÁVEL

Eu, Ryzia de Cássia Vieira Cardoso, responsável pelo projeto, ou o meu representante declaramos que obtivemos espontaneamente o consentimento deste participante para realizar este estudo.

Assinatura _____ / ____ / _____

8 ANEXO

8. 1 ANEXO A- TERMO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Hortas urbanas comunitárias em Salvador - BA: organização social, oferta e acesso a alimentos

Pesquisador: Ryzia de Cassia Vieira Cardoso

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 79293117.0.0000.5023

Instituição Proponente: Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia/ ENUFBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.385.408

Apresentação do Projeto:

A Agricultura Urbana tem sido entendida como um conjunto de atividades que engloba o cultivo de vegetais e a criação de animais nas cidades, conformando uma temática que tem suscitado interesse nos últimos anos. Essas atividades estão aumentando em todo o mundo, sendo a produção de vegetais um componente significativo, o que tem contribuído para parte da segurança alimentar e nutricional, mantendo uma parceria direta com ações em programas educacionais e sociais. Percebe-se que as razões das práticas agrícolas nas cidades são muito diferenciadas, de acordo com o contexto territorial. Enquanto nos países em desenvolvimento a prática da agricultura urbana tem persistido, ao longo dos anos, sobretudo por razões de subsistência alimentar, nos países desenvolvidos razões de ordem ambiental, social e econômica tem contribuído para um recente renascimento da atividade. No Brasil e na Bahia, historicamente, as atividades de agricultura urbana vêm cumprindo a função de prover alimentos à população, conquanto não haja política específica para a atividade. Na cidade de Salvador, desde a sua fundação, existem registros da produção de hortaliças e frutas nos quintais de casas, contudo, faltam registros oficiais e são insuficientes os estudos sobre o tema. Assim, o referido projeto objetiva avaliar as hortas urbanas comunitárias na cidade de Salvador - BA, no que tange à organização social, à oferta e ao acesso a alimentos.

Trata-se de estudo transversal, descritivo, com abordagem quantitativa, a ser realizado junto a trabalhadores/horticultores de hortas comunitárias de Salvador - BA e consumidores dos alimentos produzidos nestas hortas com aplicação de questionários semiestruturados, preenchidos por meio de entrevista e observações in loco. Deste modo, para a condução do estudo, propõem-se entrevistar órgãos públicos envolvidos nas práticas de agricultura urbana onde serão abordadas questões relativas a localização das hortas na cidade, responsáveis, dimensionamento do espaço para produção, tipos de atividades/plantios e parcerias/financiamentos além de outras informações que estejam diretamente ligadas às hortas urbanas; os responsáveis pelas hortas; os horticultores, onde as entrevistas abarcarão questões sobre a dimensão da horta com questões relativas à história da atividade, à legalização, área utilizada, características de cultivo, organização social e auxílio de programas de apoio, e a dimensão do horticultor com questões organizadas nos blocos identificação socioeconômica, histórico de participação e trabalho na horta, acesso aos alimentos produzidos, avaliação de aspectos positivos e negativos na condução do trabalho como também entrevistas com os consumidores das hortas urbanas comunitárias onde serão abordados conteúdos relativos condição de compra ou recebimento dos produtos, histórico de compra/recebimento dos produtos, produtos consumidos, quantidade e periodicidade que adquire, nível (fácil, intermediário ou difícil) de acesso e oferta aos produtos das hortas, confiança na qualidade dos produtos recebidos ou comercializados e contribuição da horta para a mudança de práticas alimentares. Em adição, serão feitos registros fotográficos e em diário de campo, os quais irão auxiliar na compreensão dos espaços de hortas. Os registros fotográficos serão realizados para complementar a observação direta das atividades nas hortas, bem como para retratar as áreas de cultivo dos horticultores. O diário de campo será adotado como forma de organização escrita das visitas às hortas, colaborando com informações para análise dos questionários.

Não serão incluídas, nesta abordagem, as hortas estabelecidas em instituições públicas (creches, escolas e hospitais) e organizações privadas. Os dados serão tabulados para construção do banco de dados, com análise descritiva, com possibilidade de descrever as principais áreas/localidades de hortas urbanas na cidade, as hortas, os principais produtos existentes e comercializados, bem como, os locais de distribuição e comercialização, no

intuito de avaliar acerca das dimensões de oferta e acesso da população urbana aos produtos obtidos.

Para este estudo, os autores esperam como produtos sociais: a divulgação e a valorização das hortas urbanas comunitárias; o incentivo ao consumo dos produtos pela população; a proposição de ações para incentivar/fortalecer a organização social das hortas urbanas identificadas. Em adição, será elaborado de relatório técnico, em linguagem acessível, como material de apoio, para uso em atividade devolutiva, junto aos horticultores/produtores urbanos.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa tem como objetivos:

Geral

- Avaliar as hortas urbanas comunitárias na cidade de Salvador - BA, no que tange à organização social, à oferta e ao acesso a alimentos.

Específicos

- Identificar as hortas em funcionamento no perímetro urbano, cadastradas ou não nos órgãos de governo;
- Descrever as condições de funcionamento das hortas, quanto à organização social dos envolvidos, legalização, práticas de cultivo, e acesso a programas de incentivo;
- Descrever a rede de distribuição e os espaços de utilização e/ou comercialização dos produtos provenientes das hortas urbanas;
- Avaliar os produtos das hortas urbanas quanto à acessibilidade física e custo, pelos horticultores e consumidores.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os autores relatam que embora não haja riscos físicos, na entrevista, pode ocorrer algum desconforto, principalmente pelo tempo exigido para responder ao questionário. Assim, os mesmos informam que o questionário elaborado foi pré-testado, apresenta questões simples, objetivas e de fácil entendimento, e que a entrevista só será feita sob o consentimento do entrevistado, de acordo com a conveniência e de modo cuidadoso e

reservado. Contudo, se houver alguma questão que o entrevistado não queira responder, este deverá estar à vontade e falar ao entrevistador.

Destaca-se que foram mencionados, nos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido anexados, como alternativa para a redução dos riscos que a qualquer momento que sentirem-se constrangidos ou em risco durante a entrevista, os participantes da pesquisa poderão informar ao pesquisador, o qual suspenderá a mesma sem prejuízo de nenhuma ordem.

Benefícios:

Avalia-se que o estudo permitirá a sistematização de informações sobre as hortas comunitárias, gerando uma descrição que tanto pode ajudar os grupos envolvidos quanto os órgãos públicos que lidam com o tema. No caso dos horticultores, espera-se gerar um relatório técnico, em linguagem acessível, como material de apoio, para uso em atividade devolutiva, bem como, divulgar as iniciativas de hortas urbanas na cidade, no intuito de incentivar o consumo destes alimentos pela população.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta relevância e mérito, uma vez que possibilitará uma discussão sobre a temática. Além disso, o desenvolvimento da presente proposta auxiliará na compreensão da inserção das práticas de hortas urbanas em grandes cidades, como Salvador - BA, bem como, permitirá uma reflexão sobre a trajetória, os avanços e limites dessas atividades, a organização dos trabalhadores, dos espaços de plantio e da comercialização, a interação da comunidade em torno dessas práticas, e a relação da produção com a oferta e o acesso aos alimentos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Projeto de pesquisa – De acordo
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – De acordo
- Folha de rosto – De acordo

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS DO PROJETO_997354.pdf	21/09/2017 12:31:39		Aceito

Diante do exposto o protocolo de pesquisa submetido à análise não apresenta pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:O colegiado acompanha o parecer do

Folha de Rosto	Folha_rosto.pdf	21/09/2017 12:30:58	JOELI SILVA DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Hortas_Urbanas.doc	18/09/2017 19:28:13	JOELI SILVA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_RESPONSAVEL_HOR- TA.doc	18/09/2017 19:26:04	JOELI SILVA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CONSUMIDORES.doc	18/09/2017 19:24:01	JOELI SILVA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_HORTICULTORES.doc	18/09/2017 19:23:47	JOELI SILVA DE SOUZA	Aceito

relator. Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo

relacionados: Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 17 de Novembro de 2017

Assinado por: Karine Curvello Silva